

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA:
A INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE NO CENÁRIO MILITAR BRASILEIRO DESDE
1948 ATÉ O GOLPE MILITAR EM 1964**

GABRIELA PEREIRA STANGE

Taquara

2014

GABRIELA PEREIRA STANGE

**A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA:
A INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE NO CENÁRIO MILITAR BRASILEIRO DESDE
1948 ATÉ O GOLPE MILITAR EM 1964**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Andrea Helena Petry Rahmeier.

Taquara

2014

Dedico este trabalho a Graça,
Cláudio e William. Os amores
da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às Faculdades Integradas de Taquara pelo apoio que recebi durante a realização deste trabalho, por meio de seus funcionários, seus professores e sua direção.

Agradeço, a Deus pela oportunidade de enfrentar tal empreitada.

Agradeço, também, aos meus pais, Cláudio e Graça, por todo o amor e carinho em todas as horas e pela compreensão por minhas faltas.

Ao William e a Pérola pelo companheirismo, amor e apoio em minha caminhada. O meu muito obrigado por acreditar em meu potencial, respeitar minhas escolhas e entender meus objetivos.

Agradeço a minha querida orientadora Andrea Helena Petry Rahmeier, pelo rigor e empenho na condução deste trabalho.

Aos colegas, amigos e professores do curso de Licenciatura em História, que de alguma maneira ou outra, auxiliaram neste processo. Principalmente, a Micaela, a Élen e a coordenadora Dalva. Muito obrigado!

RESUMO

O projeto em relação à segurança nacional inicia-se no Brasil no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), em que previa legalmente a criação do Conselho de Segurança Nacional, órgão voltado aos estudos e preservação das fronteiras da nação. A Escola Superior de Guerra brasileira apresenta-se como uma instituição desenvolvida para o estudo da segurança nacional, que permitia o contato entre civis e militares em seus currículos. Sendo que sua criação no Brasil, no ano de 1949, é precisamente no período da Guerra Fria, ocasião em que existia uma bipolarização planetária, entre o comunismo e o capitalismo. O Brasil, devido sua posição geográfica, objetivos bem traçados por ambos os países e já acentuada relação político-militar com os Estados Unidos da América, fica ao lado dos norte-americanos. Sendo assim, recebem da Escola Superior de Guerra estadunidense ensinamentos preciosos em relação à segurança continental. Neste sentido, importa-se a Doutrina de Segurança Nacional. Conhecimento este que é estudado e fomentado pelos militares que dirigiam e estudavam na Escola Superior de Guerra. Neste sentido, o trabalho desenrola-se com objetivo de traçar se essas relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos da América foram entre países iguais ou se foram de um sobre o outro, além de destacar os fatores que contribuíram para a execução do Golpe Militar de 1964 e se houve alguma intervenção da Escola Superior de Guerra neste fato histórico. Cabe ressaltar que existia neste momento o anticomunismo, sentimento promovido, principalmente, pelo governo estadunidense. O “inimigo interno”, caracterizado por tudo que é subversivo e que vai contra aos interesses da União, é através da Doutrina de Segurança Nacional e da própria Escola Superior de Guerra que nasce no Brasil este sentimento de repressão e extinção desta ideologia.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL -
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – BRASIL – RELAÇÕES MILITARES

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	PANORAMA MUNDIAL	11
2.1	O Entre Guerras	12
2.2	Segunda Guerra Mundial	14
2.3	Guerra Fria	16
2.3.1	Contexto brasileiro	18
3	ENTRE FRONTEIRAS SEGURAS: A SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL	20
3.1	A Constituição de 1934 e seus desdobramentos	21
3.2	A Constituição de 1946 e seus desdobramentos	26
3.3	Legislação de criação da Escola Superior de Guerra	28
4	HISTÓRIA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	30
4.1	O contexto do surgimento da Escola Superior de Guerra	30
5	CONTEXTO INTERNACIONAL	34
5.1	Relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos da América anteriores a criação da Escola Superior de Guerra	39
5.2	O período da Guerra Fria e as relações militares com os Estados Unidos da América	44
	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia privilegia a conjuntura mundial do século XX, em um recorte espaço-temporal que vai de 1948 até 1964, caracterizando, principalmente, as relações internacionais militares e políticas entre a Escola Superior de Guerra e os Estados Unidos da América.

A escolha de um assunto não é somente pelo caráter curioso, mas é um intenso processo de auto-crítica e indagação acerca de um tema (PETRY, 2003). Geralmente é algo que provém da própria história pessoal ou então de tentar compreender certo assunto.

Sob uma visão mais particular, um historiador não pesquisa um assunto apenas pela curiosidade, mas movido por um ideal, que pode ser o de entender e querer mudar – através da atuação profissional – parte da realidade que o cerca. Existe uma afirmação do historiador Lucien Febvre que sintetiza esta forma de encarar a função do pesquisador: *“A História é ao mesmo tempo ciência do passado e ciência do presente: é a forma pela qual o historiador atua na sua época, na sua sociedade, e deve ajudar a explicar o social no presente (e, assim, auxiliar a preparação do futuro)”* (FEBVRE; CARDOSO apud PETRY, 2003, p. 11).

O ideal de compreender a conjuntura nacional foi o motor que impulsionou a presente monografia, por dois motivos: Primeiro, porque as relações internacionais políticas, militares, econômicas e estratégicas que o Brasil manteve com os Estados Unidos se intensificaram em busca de segurança e proteção. O segundo motivo é porque o poder exercido pelo governo norte-americano no período estudado, não somente no Brasil, mas em grande parte do mundo, foi através de estratégias político-econômicas devido à hegemonia mundial.

Sendo assim, questionou-se nesta monografia se essas relações realmente existiram entre os dois países americanos, a fim de estabelecer se foi um processo de dominação de um sobre o outro, ou se foram relações de dois países, de igual para igual. Para tal fim, torna-se indispensável saber quais foram os personagens políticos e administrativos que estavam envolvidos nestas relações. Além da preocupação de qual foi o contexto mundial que os propiciou a criação e organização da Escola Superior de Guerra no Brasil.

A monografia desenrola-se no sentido de verificar quais foram às influências e tomadas de decisão que a Escola Superior de Guerra ofertou para a incubação do

Golpe Militar de 1964. Tendo por objetivo questionar as relações militares dos dois países, Brasil e Estados Unidos da América, dentro da conjuntura mundial, com o intuito de estabelecer o motivo da criação da Escola Superior de Guerra e se sua ideologia tem ou não responsabilidade em relação à tomada do poder pelos militares.

Da mesma forma, essa monografia é resultado de uma revisão bibliográfica e de documentos disponíveis na *internet* que constitui o embasamento teórico, amparado pela legislação disponível do período referente à Segurança Nacional brasileira e da própria Escola Superior de Guerra, resultando em uma abordagem qualitativa descritiva. A legislação deste período foi de grande relevância para o esclarecimento do contexto político em que o Brasil estava inserido, auxiliando na implantação da Segurança Nacional. Sendo assim, esta monografia tomou por norte os conceitos teóricos de política, segurança nacional e relações internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos, as quais foram fundamentais para que se conseguisse realizar a identificação da Escola Superior de Guerra e sua contribuição ou não para o estopim do Golpe Militar de 1964.

Nesta pesquisa, lançou-se um novo olhar sobre a política brasileira no período estudado. Não levando em conta a história política positivista¹, pois não é o viés deste trabalho eleger somente uma visão factual. O foco teórico é a História Política, renovada e maleável:

Essa corrente possui uma natureza etnográfica fortemente influenciada pelo estudo do universo simbólico, procurando, ao estudar o poder, resgatar a ação política humana no tempo e os sentimentos, emoções, formas de pensar ou idiossincrasias dos agentes e não mais cair nas armadilhas ingênuas da História Política tradicional, onde os líderes eram transformados em meras “emanações” da vontade popular (daí o desprezo pelo povo em si), decalcados do tecido social (SÊGA, 2002, p. 193).

Contudo, essa pesquisa foi relacionada ao estado de Guerra e a contenção do avanço comunista na América, principalmente com o advento da Guerra Fria. No nosso contexto, que pretende trazer à tona as relações políticas militares brasileira, focando na Escola Superior de Guerra, fazia com os Estados Unidos.

¹ Segundo Leopold von Ranke, a historiografia positivista deveria ser uma exposição dos fatos “tal como se produziram”. Esses fatos teriam de ser extraídos principalmente dos documentos escritos oficiais, que, depois de submetidos à crítica externa (ou de veracidade) e à crítica interna (ou de interpretação), forneceriam ao historiador subsídios para a escrita de uma narrativa encadeada seqüencialmente, na qual o fato singular era “genética-mente” político, mesmo porque a historiografia também continuava a ter um papel fundamental para a legitimação dos regimes de poder. (Sega, Rafael p. 191 – 2002)

Jean-Pierre Azéma² tem uma visão geral sobre a questão da Guerra e de como ela é intimamente entrelaçada ao viés político, e que esta supera qualquer valor racional e invade um campo inexplicável e cruel. Azéma (2003) também aborda a questão da guerra pelo Estado e suas verdades oficiais, ou seja, suas pretensões. Ele afirma que no século passado, “[...] a partir de 1914, a censura não parou de se aperfeiçoar, deixando cada vez mais espaços em branco nas provas dos jornais, multiplicando as apreensões para manter o famoso “moral” da retaguarda, até mesmo para matar aos poucos os jornais mal-pensantes [...]” (AZEMA, p. 408 – 2003).

Esta monografia é dividida em quatro capítulos. O primeiro é denominado “*Panorama Mundial*”, em seguida é apresentado o “*Entre Fronteiras Seguras: A segurança nacional no Brasil*”, após, “*História da Escola Superior de Guerra*”, e por último “*Contexto Internacional*”.

O Primeiro Capítulo “*Panorama Mundial*” foi elaborado com o intuito de retomar o contexto em que o Brasil estava inserido no século XX. Neste sentido, foi elaborada uma abordagem sintética, porém, informativa, desde a Primeira Guerra Mundial até a Guerra Fria. O período entre as duas guerras mundiais foi importantíssimo para compreender o contexto histórico da primeira metade do século XX. Neste período percebe-se no contexto mundial a preparação para a Segunda Guerra no Brasil, vivemos a Era Vargas. A Segunda Guerra Mundial foi, de fato, uma explosão de novidades armamentistas e tecnológicas. Os norte-americanos saíram da Segunda Guerra Mundial vitoriosos e afirmados como potência mundial e neste mesmo contexto surgiu a preocupação de se preparar para outras possíveis guerras. Sendo assim, a Escola Superior de Guerra nasce no Brasil através do apoio militar estadunidense para a contenção do avanço comunista. Em nosso país se iniciou uma pesquisa para criar uma escola preparada para formar militares altamente capacitados (MARTINS, 1986). A Guerra Fria consolida a divisão do mundo em dois blocos distintos, de um lado os Estados Unidos e do outro, a União Soviética (REMOND, 2005). Sendo assim, verificamos que o Brasil manteve-se do lado norte-americano, em busca de favorecimento político-econômico e segurança. Neste momento histórico, que teve início no pós Segunda Guerra, o mundo era movido pelo medo da “terceira guerra mundial”, que seria mais destrutiva devido aos avanços na tecnologia.

² Vide o texto traz “A Guerra”, publicado em um livro organizado por René Remond.

O Capítulo “*Entre Fronteiras Seguras*”, foca na segurança nacional no Brasil, para isto foi retomada a questão legislativa que permitiu que fosse criada a Escola Superior de Guerra. O assunto Segurança Nacional já era referido desde a Constituição Brasileira de 1934, que previa punições para partidos clandestinos, como é o caso do Partido Comunista Brasileiro já existente, neste período. A verificação destas leis inicia com a Constituição de 1934 e finda com a própria lei de criação da Escola Superior de Guerra, no ano de 1949. É importante ressaltar que, a partir de 1937, viveu neste país uma ditadura e,

Ao mesmo tempo, ao analisarmos o processo político brasileiro, evidenciava-se que desde 1935 já existiam leis e órgãos repressores aos movimentos revolucionários. Dentre eles, a Lei de Segurança Nacional (4/4/1935, nº 38), que tinha por finalidade extinguir o "extremismo", e o Tribunal de Segurança Nacional (11/7/1936, lei nº 244), que deveria julgar os envolvidos na “Intentona Comunista” (ALVES, 1993, p. 262 e 264). Também a historiografia é quase unânime ao afirmar que a política varguista criou um clima de instabilidade para justificar as ações de repressão (PETRY, 2003, p. 43)

O Capítulo “*História da Escola Superior de Guerra*”, apresenta a história da instituição e os motivos para sua fundação. A Escola Superior de Guerra nasceu no período pós Segunda Guerra Mundial e no crescente avanço e fomento da Guerra Fria. Neste período os EUA e a União Soviética estavam em uma constante disputa, porém em um viés de ameaças, e o mundo vivia a beira do colapso. O Brasil neste período ainda sofria com a política estadunidense do *big stick*³ e temia-se o avanço comunista. A Escola Superior de Guerra entendia que a segurança da nação e as formas de como conduzir uma sociedade era de cunho militar. Consideravam-se protetores naturais da segurança e contra o avanço do comunismo, criando um inimigo interno, o que propiciou que a política militarista se mantivesse dentro do país.

O último capítulo refere-se ao “Contexto Internacional”. Sendo que neste capítulo o principal objetivo é estabelecer quais foram às relações políticas e militares entre o Brasil e os Estados Unidos, durante o período de 1948 até 1964. Notamos neste momento, que para estabelecer essas relações, deve-se lançar um olhar crítico para os anos que antecederam a Guerra Fria. Neste sentido, o trabalho de pesquisa finda com a compreensão das relações políticas e militares que

³ Política norte-americana de imperialismo no continente americano. Essa política consistia em uma boa vizinhança com os demais países, mas sempre com um *grande porrete na mão*.

existiram no Brasil no contexto da Guerra Fria, além de instituir a Doutrina de Segurança Nacional, que culminou com o Golpe Militar de 1964.

2 PANORAMA MUNDIAL

Neste capítulo será abordado de forma analítica como estava o cenário mundial após a Primeira Grande Guerra, ressaltando a importância do período entre as duas Guerras Mundiais, da Segunda Guerra Mundial e, por fim, o período inicial da Guerra Fria.

Eric Hobsbawn (1995, p. 32) referiu-se que todas as nações viviam, pensavam e movimentavam-se através das grandes guerras, era algo nunca experimentado antes.

A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calaram e as bombas não explodiam.(HOBSBAWN, 1995 p. 30).

O cenário que se desenrolou no século XX foi extremamente violento e hostil, passaram-se períodos de guerras que envolveram não somente nações da Europa, mas que se alastraram por todos os continentes. O mundo já não era um lugar seguro e desconhecia a paz.

Entretanto, neste contexto ainda é importante ressaltar que este século não foi somente em prol da guerra e da aniquilação da raça humana, existiram neste mesmo período grandes avanços tecnológicos, revoluções populares, surgimento de movimentos que buscavam a arte, a cultura, a liberdade e o retorno da paz.

A Primeira Guerra Mundial não se tratava somente de uma briga europeia, pois ela atravessou os oceanos quando nações de outros continentes entraram na disputa. Não se respeitava mais as fronteiras, os tratados ou acordos. É neste período que nasce um sentimento de preocupação com a segurança nacional, através de políticas internas que utilizavam a legislação e por meio de tratados para guardar a nação, fortificando suas fronteiras e alianças.

2.1 O Entre Guerras

O período entre as duas grandes guerras do século XX pode ser dividido em duas fases. A primeira seria um momento em que se viveu o pós-guerra e organizou-se os ganhos e as perdas ocasionadas pela Primeira Guerra. Já na segunda fase que se inicia em 1933, é possível verificar que poderia haver um novo evento de guerra, como bem apresenta René Rémond:

Os vinte anos que separam a assinatura do Tratado de Versalhes do desencadeamento do segundo conflito podem dividir-se em duas fases aproximadamente iguais. Até por volta de 1930, é o que se pode denominar o após-guerra, a liquidação de suas conseqüências. A partir de 1932 e 1933, já são os sinais prenunciadores de outra guerra, o segundo período anterior à guerra. Como foi que a Europa passou do após-a-Primeira-Guerra-Mundial ao antes-da-Segunda. (REMOND, 2005,p. 107)

Entre 1919 e 1930, elenca-se na Europa um cenário de problemas decorrentes dos tratados de paz firmados no fim da Primeira Guerra Mundial, entre vencedores e vencidos. De um lado os vencedores estavam satisfeitos, liderados pela França e visando cumprir cada linha dos tratados firmados. De outro, liderados pela Alemanha, estavam os vencidos que solicitavam a revisão parcial ou total dos tratados. Essas falhas dos tratados, como Rémond (2005) aborda, incitam ainda mais as nações atingidas pelo após-guerra:

Esse fogo, que dormita, encontra alimento nas lacunas e defeitos dos tratados. A instabilidade política e econômica da Europa danubiana desenha os contornos de uma zona de menor resistência. É um ponto de fragilidade na organização territorial da Europa do após-guerra. (REMOND, 2005 – p. 108, Grifo do autor)

Os países que participaram da Primeira Guerra Mundial, até 1928, estavam envolvidos em administrar as reparações que se fizeram necessárias para reestabelecer suas nações. Após, o interesse se transferiu para a questão do desarmamento, que em 1933, é desrespeitado pela Alemanha, o que agrava a situação internacional. Em 1929, é possível destacar a intensa crise econômica que se alastrou pela Europa. Os países europeus tenderam a se fechar para o exterior,

aumentando as taxas alfandegárias e praticando a autarcia⁴. Sendo assim, reforçam os ideais nacionalistas⁵, a nível econômico, político e militar. Portanto, fortalece-se um sentimento de unidade, de buscar renovar o nacionalismo, visa-se o poder da união, elaboram-se movimentos que envolviam a nação jovem, como promessa de ser o futuro de seus países. Esses sentimentos foram utilizados por Hitler em diversos momentos, entre eles, no dia 30 de janeiro de 1934, quando o Presidente de Hindenburgo o proclama chanceler.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, do qual a antiga Rússia faz parte, na década de 1930, era comandada por Stalin através de um governo comunista⁶, que também tomava atitudes que julgava importantes para mais pessoas aderirem essa forma de pensamento. Por outro lado, muitos países, entre eles o Brasil e os EUA, iniciaram uma preparação com intenção de garantir a sua própria segurança e prevenção.

O período entre as Grandes Guerras do século XX é marcado por três momentos: em primeiro lugar, reerguer as nações que se envolveram neste conflito; em seguida, estabelecer que todas as nações voltaram-se para si mesmas, devido a uma grande crise econômica; por último, notar que os ressentimentos ainda existiam. A Alemanha começa a se reerguer, a implantar grandes obras, a dar trabalho aos desempregados, a mobilizar a nação jovem, a desenvolver ou recriar o sentimento de pertencimento e nacionalismo e, principalmente, a se armar⁷. Com esse advento, toda a Europa passa a aguardar o conflito que estava previsto para acontecer, em que

⁴Autarcia é a prática de uma política de rigorosa separação, palavra que foi forjada no período do após-guerra. (REMOND, 2005, p. 109)

⁵ O Nacionalismo deriva de duas abordagens principais, a política e a identidade grupal. O sentimento nacionalista está ligado ao sentimento de pertencimento imaginário/ idealizado/ cultural. Na Europa, o sentimento nacionalista, além de outras características fundamentais, está vinculado ao sangue e a hegemonia entre nação e estado. No Brasil, o sentimento nacionalista foi atribuído ao território e a mestiçagem, este sentimento foi construído através de iniciativas que partiram dos governos (datas comemorativas em um calendário nacional, heróis, bandeira, hino) ou de grupos culturais. (PETRY, 2003)

⁶ A Rússia no início do século XX era um país atrasado industrial e politicamente, em 1917 houve a Revolução Russa que trouxe o comunismo como base ideológica deste governo. O comunismo prevê uma sociedade igualitária, o fim das sociedades privadas e limite nos direitos dos civis.

⁷ Em 1935 já era notável a disposição armamentista na Alemanha e Hitler institui o serviço militar obrigatório novamente. Com isto, ele apresenta sua política de discordância da assinatura dos tratados diplomáticos pós Primeira Guerra Mundial e, além disso, abandona a conferência do desarmamento. Ligeiramente ele consegue alcançar a França na questão armamentista. Recomeça assim, a corrida de armamentos na Europa, porém, a Alemanha de Hitler já estava investindo em materiais mais modernos.

No dia 1.^o de setembro [de 1939], a Alemanha invade a Polônia. Dois dias depois, a França e a Grã-Bretanha, cumprindo a palavra, entram na guerra. Começou a Segunda Guerra Mundial, que durará quase seis anos, até abril de 1945. (REMOND, 2005, p. 120)

2.2 Segunda Guerra

A Segunda Guerra Mundial teve seu início, como já foi apresentado, através da iniciativa da Alemanha que instigou a França e a Grã-Bretanha a declararem guerra. A Alemanha não preservou a opção de neutralidade de outros países, quando também atacou os territórios da Dinamarca, da Noruega, de Luxemburgo, da Bélgica e dos Países Baixos. No ano de 1940, a Itália se alia a Alemanha e entra na guerra⁸.

O Japão iniciou a guerra fora do continente europeu em dezembro de 1941, quando formalmente atacou os Estados Unidos através do bombardeio a Pearl Harbor no Havaí. Em Singapura e na Malásia atacou os britânicos e na Indonésia hostilizou os holandeses (REMOND, 2005, p. 196). Sendo assim, a grande guerra se alastra, pois em vários lugares se travavam ao mesmo tempo muitos conflitos, com diversos aliados diferentes e com mais recursos disponíveis. A Segunda Guerra Mundial se transformou em um conflito arrasador e viveu-se em todo mundo um período de colapso, isto é, os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) fizeram a guerra atingir novos territórios.

Esta ficou conhecida por sua extensão geográfica, sua prolongada duração e, sem sombra de dúvidas, por sua intensidade. Os avanços bélicos foram extraordinários, o mundo transformou-se em uma máquina de fazer armas. A Alemanha através do seu fortalecimento entre as duas grandes guerras focou sua população em uma rígida educação e, por conseqüência, tinha um plantel de cientistas das áreas exatas, o que possibilitou avanços tecnológicos memoráveis. Além disso, ela fez milhões de prisioneiros que ocuparam as fábricas e as fazendas para suprir o alto número de patriotas envolvidos nas frentes de batalha. Os EUA também não deixaram de equipar a máquina militar, como assinala Rémond (2005, p. 125),

⁸Em outubro de 1941, os alemães e italianos adentram no território da Grécia e da Iugoslávia.

No campo contrário, os Estados Unidos transformam-se no arsenal das democracias. Desde 1941, a administração norte-americana estabelece para si mesma objetivos que parecem prodigiosos. Roosevelt propõe a construção de 60.000 aviões, 45.000 tanques, 20.000 canhões de DCA e 18 milhões de toneladas de navios para prover às necessidades dos comboios e substituir a tonelagem afundada pelos submarinos alemães. A entrada dos Estados Unidos na guerra imprime sem demora à segunda parte do conflito a característica de guerra industrial, que se tornará dominante. Os Estados Unidos reconvertem sua economia e fazem dela o instrumento que lhes abrirá caminho de Berlim (REMOND, 2005, p. 125).

No período da Segunda Guerra Mundial percebeu-se um avanço tecnológico surpreendente que já iniciou na Primeira Guerra, os campos de batalhas já não se traduziam em trincheiras e o avanço das tropas sob território inimigo era muito rápido. A guerra passa a ter outras características, sendo implantadas técnicas de logística para conduzi-la em sua totalidade. O exército alemão, na década de 1940, passou a sofrer. O contexto mudou, a Alemanha passou a sofrer ataques em suas principais aglomerações industriais e os campos de batalhas se dividem. Outra situação importante, é que,

[...] aquele em que a preamar das potências ditatoriais começa a refluir, situa-se entre novembro de 1942 e fevereiro de 1943. Interrompe-se, nessa época, a série praticamente ininterrupta de êxitos militares conseguidos pelo Eixo desde setembro de 1939. O revés de Rommel diante Al-Alamein, a frente rompida na Tripolitânia, o desembarque anglo-norte-americano na África do Norte, a vitória de Stalingrado, a batalha aeronaval do Mar Coral ocorrem nesses três meses e indicam a inversão da tendência. A partir de então, a derrota do Eixo passa a ser uma possibilidade real. (REMOND, 2005, p. 125)

A guerra, além de uma corrida armamentista, foi um extenso mecanismo de comunicação e jogo político, além de um meio de elevação econômica através do alto comércio de mantimentos e artigos bélicos e de avanço tecnológico, como exposto acima. A propaganda foi muito importante e largamente utilizada, sendo uma ação militar para controlar a opinião pública, assim como a difusão do rádio para atualizar as informações da guerra.

Este contexto envolveu tantas nações, tantos lugares e tantos meios inescrupulosos para aniquilar os adversários, que se tornou a mais assombrosa das guerras. Muito bem, apresentado por René Remond,

A luta desenrola-se na Europa, na Ásia, em todos os mares, na África. Depois de vários anos em que conseguiu exercer o controle de quase toda a Europa, do Cabo Norte da Sicília, e da extremidade de Finisterra ao Cáucaso, a Alemanha foi sendo, aos poucos, gradativamente, empurrada para o interior do território alemão. A guerra acaba em maio de 1945 na

Ásia, quando já não tem substância para devorar. (REMOND, 2005 – p. 127)

A divisão dos campos de batalhas proporcionou aos Estados Unidos da América e a URSS a primeiro confronto no que diz respeito às suas forças bélicas, isto é, a URSS atacou a Alemanha pelo Oeste, enquanto os Estados Unidos da América, França e Inglaterra atacaram pelo Leste. Com isso as tropas encurralaram Hitler, todavia, foi a URSS que tomou Berlim, o centro do poder nazista. Já os Estados Unidos, conquistaram o Japão quando lançaram as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Ambos os países demonstraram sua força no término da Segunda Guerra Mundial.

Hitler caiu, a grande guerra teve fim, mas os conflitos deste século não terminaram, nasce então uma guerra gélida. Ao ultrapassar os limites de que jamais se imaginou que um ser humano pudesse causar a outro, o fim da Segunda Guerra Mundial deixou de herança uma guerra silenciosa entre duas grandes potências. Essa corrida armamentista e tecnológica ficou conhecida como Guerra Fria e nos acompanhou até a década de 1990.

2.3 A Guerra Fria

A Guerra Fria foi um conflito silencioso em que o mundo foi dividido entre as duas grandes potências do século XX, a União Soviética e os Estados Unidos. Após a Segunda Guerra, as divergências entre aliados vencedores ficaram ainda mais visíveis. A guerra fria teve seu desfecho, inicialmente, pelo caráter doutrinário em que os separava. Além disso, os vencedores não estavam certos de quais métodos políticos e administrativos deveriam ser implantados na Europa, como expõe René Rémond:

Os antagonismos tinham sido momentaneamente disfarçados pelas necessidades da luta contra o inimigo comum e pela ambiguidade do vocabulário, pois os dois campos usavam mais ou menos os mesmos termos, embora lhe emprestassem significados diferentes. Um ou outro se pretendem democráticos, mas se referem a duas nações da democracia. Para o Oeste, sendo o desabrochar das liberdades individuais herdadas dos regimes liberais, a democracia implica o pluralismo das opiniões públicas e

das formações organizadas. Para o Leste, pondo em destaque a justiça que deve ser instaurada e a igualdade que deve ser promovida, a democracia acarreta a suspensão das liberdades individuais: em lugar de tolerar o pluralismo, identifica-se com o monopólio de um partido que exerce uma ditadura absoluta. (REMOND, 2005 – p. 143)

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o grande contingente militar dos Estados Unidos retornou para América, todavia, manteve controle administrativo do território alemão. A Rússia, por outro lado, manteve-se fortemente em vários países com o auxílio do Exército Vermelho, se alastrando de forma coesa pela Europa a fim de manter o controle e submeter o continente europeu ao seu projeto comunista. Isto alarmou a Inglaterra e os Estados Unidos, que pretendiam que aos poucos os países europeus se recuperassem do conflito e retomassem suas próprias políticas de administração guiadas pelas ideias capitalistas. Sendo assim, intervieram a fim de conter o avanço russo que estava ficando cada vez mais forte na Europa.

A Guerra Fria foi além de um desacordo de ideologias, foi uma desavença política e econômica. Sendo assim, “[...] a guerra fria transborda a Europa; ganha outros continentes, o mundo inteiro.” (REMOND, 2005, p.151). Neste sentido, a guerra tornou-se um enredo de tratados, pactos e juntas políticas, firmados pelos dois blocos distintos. Por um lado, a URSS visando atrair seguidores de seu comunismo, por outro, os Estados Unidos tentando formar um cinturão de países aliados para conter os ideais comunistas.

Então, este período se caracterizou, acima de tudo, por uma corrida armamentista. Os Estados Unidos largam na frente com a bomba atômica, a Rússia lhes alcança com a bomba “A”. Após, os Estados Unidos recorrem com a criação da bomba termonuclear, mas a Rússia volta a alcançá-los. Essa guerra irá seguir nesta disputa durante muitos anos, houve momentos em que pensou-se que realmente iria iniciar uma guerra jamais vista.

Os Estados Unidos se privilegiou através deste cenário de ameaças, mantendo sua supremacia político-econômica na Europa e na América, incluindo o Brasil, como explica Paulo Vinentini:

Apesar das formas históricas e maniqueístas da Guerra Fria desencadeada pelo s EUA, esta possuía uma racionalidade cristalina, pois permitia a este país manter o controle político e a primazia econômica tanto sobre os aliados industriais europeus como sobre a periferia subdesenvolvida (sobre tudo latino-americana). Ao manipular a ideia de uma ameaça exterior, Washington obtinha a unidade do mundo capitalista e orientava-a contra a URSS e os movimentos de esquerda e nacionalistas, tanto metropolitanos

como coloniais, emergidos da Segunda Guerra Mundial. (VIZENTINI, 1990, p. 27)

2.3.1 Contexto brasileiro

Como exposto anteriormente, a Guerra Fria foi à divisão do planeta em dois blocos: Capitalismo versus Comunismo. O Brasil, logo após a consolidação da Guerra Fria, manteve-se integrado ao bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos. É importante observar que este período é justamente o “nascido” da ESG em nosso país, com apoio estadunidense. Este apoio que ocorreu entre os dois países propiciou um aumento significativo nas trocas comerciais, tecnológicas e militares. Sendo que no nordeste brasileiro já em 1941, através de acordo firmado e documentado, os Estados Unidos da América manteve pontos estratégicos para a proteção continental.

Os ideais comunistas chegaram ao Brasil através do Partido Comunista Brasileiro – PCB, no ano de 1922. Este partido foi no governo de Getúlio Vargas dissolvido, principalmente, após a tentativa comunista. Entretanto, ao final do conflito mundial em 1945 onde os EUA e a URSS estavam do mesmo lado e com isso obtiveram aceitação tanto das ideias democráticas estadunidenses como comunistas no Brasil. Neste contexto, como apontou Dulce Pandolfi (2014), “na legalidade em 1945, o PCB conseguiu grande visibilidade e atingiu o maior crescimento de sua história. Chegou a contar com mais de 100 mil filiados [...]” (PANDOLFI, 2014, on-line).

O início da Guerra Fria culminou na efetiva contenção do comunismo por parte dos norte-americanos e seus reflexos foram sentidos aqui no Brasil. Em 1947, nas eleições para governadores, deputados estaduais, vereadores e prefeitos, o PCB mesmo com sua restrita atuação, alcançou só no Distrito Federal, a maior bancada, elegendo 18 vereadores. No mesmo ano, quando a aliança entre EUA e URSS começou a ser desfeita o Brasil caçou o Partido Comunista Brasileiro, e, além disso, houveram intervenções nos sindicatos trabalhistas e foi fechada a Confederação Geral dos Trabalhados do Brasil. No mesmo ano, o presidente

brasileiro Eurico Gaspar Dutra⁹, alinhado com o EUA, rompe relações com a URSS. Em 1948, todos os parlamentares eleitos através do PCB tiveram seus mandatos caçados e através deste impacto lançaram um manifesto acusando o governo Dutra de estar “a serviço do imperialismo norte-americano”.

⁹Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá, em 1883. Militar, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha. Foi presidente do Brasil de 1946 a 1950. Seu governo foi caracterizado por uma ferrenha perseguição ao partido comunista. Em 1954, deu apoio discreto às articulações para afastar Vargas da presidência e voltou a conspirar, cerca de dez anos depois, para desarticular o presidente João Goulart. Morreu no Rio de Janeiro, em 1974. (FGV, 2001)

3 ENTRE FRONTEIRAS SEGURAS: A SEGURANÇA NACIONAL NO BRASIL

A Escola Superior de Guerra – ESG, teve seu período de surgimento aqui no Brasil vinculado as Guerras e a Guerra Fria. Influências vindas da conjuntura mundial, como abordado no capítulo anterior. O governo brasileiro desde o período da Primeira Guerra Mundial até a Segunda Guerra, manteve contatos e trocas de experiências com diversos países, modificando e influenciando a legislação e a estrutura governamental (PETRY-RAHMEIER, 2009). Neste capítulo, será revisada a legislação brasileira, a fim de estabelecer como as ideias vinculadas a Segurança Nacional foram implantadas no Brasil e quais eram seus objetivos.

No contexto pós Segunda Guerra Mundial percebe-se de forma intensa uma aproximação militar e política entre os dois países americanos, Brasil e Estados Unidos, visando à proteção continental. Fato resultante da participação brasileira no conflito através da Força Expedicionária Brasileira – FEB, na Itália sob a supervisão militar estadunidense, e de que estes saíram consolidados mundialmente como tendo uma superioridade militar e tecnológica.

Como explicado anteriormente, o mundo dividiu-se em dois blocos, caracterizados pelo capitalismo tendo a frente os EUA, versus o comunismo, simbolizado pela URSS, ou seja, o nascer da Guerra Fria. É neste período que se solidificam os laços dos Estados Unidos com o Brasil.

O cenário em que o Brasil estava inserido era complexo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, para compreendermos, fez-se necessário um estudo ampliado na legislação vigente no período. Neste sentido serão verificadas quais eram as pretensões para a criação da ESG. Para atingir tal fim, serão retomadas algumas das leis desde 1934 que referem-se à Segurança Nacional, o Conselho de Segurança Nacional e a própria legislação da ESG.

Importante lembrar que no período denominado de República Velha, 1891 a 1930, havia uma ação na administração política brasileira muito utilizada que era o estado de sítio. Este artifício constitucional garantia amplos poderes para o governo e foi muito utilizado no período em questão em várias ocasiões, o que permitia rápida repressão a levantes populares ou crises internas sem instaurar uma ditadura propriamente dita. Gasparetto (2014, p. 3 - 4) reflete que:

O Estado de Sítio foi incluído na Constituição de 1891 com a finalidade de suspender a legislação vigente em circunstâncias graves de invasão, guerra civil ou subversão. Sua decretação seria responsabilidade do Congresso, mas, em sua ausência, poderia ser feito pelo Poder Executivo. Seus efeitos suspendiam as garantias constitucionais e permitiam o desterro em território nacional, que funcionaria como uma espécie de exílio político nos períodos de exceção. A duração era previamente determinada e sua aplicabilidade poderia incluir um ou mais pontos do território nacional ou a total abrangência do país (GASPARETTO, 2014, p. 3 – 4).

Neste sentido, o estado de sítio poderia ser declarado em alguns pontos do território brasileiro, não o decretando no país inteiro, sendo que sua duração era previamente estabelecida. O uso demasiado desta prática no Brasil provocou períodos conturbados e a sua utilização foi renovada inúmeras vezes, como na ocasião da Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil cortou laços com a Alemanha. Ele era a garantia de manter a ordem pública sem alterar o regime já instaurado através da força. Este tipo de legislação já demonstra uma tentativa autoritária de o governo controlar.

3.1 A Constituição de 1934 e seus desdobramentos

Getúlio Vargas assumiu o governo brasileiro de forma autoritária e não legal, tanto que os 15 anos foi chamado de governo provisório. Em 1934 sancionou uma nova constituição brasileira que, entre tantos artigos, reformulava o Estado de Sítio. Sendo assim, como reflete Gasparetto (2014),

A Constituição de 1934 atribuía ao presidente a responsabilidade pela decretação do Estado de Sítio, porém com a necessidade de autorização do Poder Legislativo. Seus pressupostos eram a iminência de agressão estrangeira, a emergência de insurreição armada ou uma grave comoção interna com finalidade subversiva.

[...]

O Estado de Sítio na Constituição de 1934 regulava o desterro em território nacional e suspendia a liberdade de reunião e de tribuna, permitia ainda a busca e a apreensão em domicílio. O regime de emergência tinha validade de 90 dias, mas com a possibilidade de prorrogação. Poderia ser aplicado em localidade restrita ou em todo o território nacional. Seus efeitos, contudo, desapareceriam com o fim do Estado de Sítio e a responsabilidade pelos abusos caberia a seus agentes (GASPARETTO, 2014, p. 07 – 08).

Neste contexto houve uma limitação do poder presidencial no que se refere ao estado de sítio. Todavia, passou a ter a primeira lei a tratar sobre Segurança Nacional a “Constituição Brasileira de 1934”. Esta foi elaborada dentro do governo

de Getúlio Vargas¹⁰, que se manteve no poder, pela primeira vez, de 1930 a 1945. Em um segundo período ele foi presidente, de 1951 até o seu suicídio em 1954. Sendo seu governo caracterizado, entre 1937 e 1945 como autoritário¹¹, assim ele negava a democracia e buscava a subordinação passiva, praticando uma política centralizada. (PETRY, 2003).

Todavia, Getúlio Vargas ficou conhecido por ser um presidente que alçou o Brasil para o contexto mundial de industrialização, além de ser,

[...] o líder da transformação de uma economia agrárioexportadora voltada para fora em outra industrializada e voltada para dentro, ele criou instituições que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do país. A Consolidação das Leis do Trabalho ainda é o arcabouço geral de regulação das relações de trabalho; sem mencionar o salário mínimo; a ampliação do crédito agrícola via programas do governo federal e de carteiras do Banco do Brasil; a criação do BNDES, que ainda financia boa parte dos investimentos na indústria e na infraestrutura; a criação das companhias Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional (ambas em 1942) e da Petrobrás (em 1954). (FILHO, 2007 – p. 02).

A terceira constituição da história brasileira foi sancionada em 16 de julho de 1934 e orientava como deveria ser organizada a administração da nação brasileira. É neste mesmo período que encontramos o germe fundamentalista da Segurança Nacional. Também passam a existir órgãos adjuntos, como o Conselho de Segurança Nacional, conforme expõe o seguinte artigo e seus parágrafos:

Art. 159º - Todas as questões relativas à segurança nacional serão estudadas e coordenadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender às necessidades da mobilização.

§ 1º - O Conselho Superior de Segurança Nacional será presidido pelo Presidente da República e dele farão parte os Ministros de Estado, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Chefe do Estado-Maior da Armada.

§ 2º - A organização, o funcionamento e a competência do Conselho Superior serão regulados em lei. (CONSTITUIÇÃO 1934, p. 39. Grifo do autor)

¹⁰Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882. Ele assumiu a presidência, pela primeira vez, em julho de 1930 e permaneceu no poder até 29 de outubro de 1945, quando foi deposto por um movimento militar liderado por generais que compunham seu próprio ministério. Vargas retornou ao cargo de presidente em 1950 e em 1954 suicidou-se, deixando uma carta-testamento em que acusava os inimigos da nação como os responsáveis por seu suicídio com frase celebre “deixo a vida para entrar na história”. (FGV, 2001)

¹¹ Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. (BOBBIO, 1998 – p. 94)

O artigo citado deixa claro que é de responsabilidade do Conselho de Segurança Nacional, que tem lei própria, assuntos referentes à segurança do Brasil e que este só responderia ao presidente da república.

Getúlio Vargas, como já apresentado, também movimentou-se contra o comunismo que estava em ascendência quando assumiu o governo brasileiro. Portanto, em seu governo o PCB foi desarticulado e seus adeptos perseguidos por alguns anos. Sendo assim, usando as palavras de Gasparetto: “Foi graças ao Estado de Sítio declarado por Getúlio Vargas em 1935, em função de um forjado golpe comunista, que se iniciou uma escalada de autoritarismo que culminaria em nosso primeiro regime ditatorial, o Estado Novo”. (2014, p. 9 - 10).

A conjuntura mundial trouxe para o Brasil a inquietação referente à segurança territorial, como observado acima e que se intensifica em 1935. A legislação brasileira em 1935, já visava à Segurança Nacional com a aprovação da lei nº 136, de 14 de dezembro de 1935. Esta lei dirigia o regimento das forças armadas da união e da disciplina militar. Em seus primeiros seis artigos, a referida lei, trata do comportamento e punições para os servidores das forças armadas da União, sobre aposentadorias ou reformas dos mesmos, atos inconstitucionais, associação a partidos ou organizações ilegais.

Art. 2º - O oficial ou sub-oficial das forças armadas da União, que praticar qualquer dos **actos definidas como crime na presente, ou na lei n. 38, ou se filiar, ostensiva ou clandestinamente, s partido, centro, agremiação ou junta de existência proibida no art. 30 da mesma lei, será igualmente afastado do cargo, commando ou função militar que exercer, com prejuízo dos respectivos proventos ou vantagens,** devendo o Ministerio Publico iniciar a ação penal, que couber dentro de 20 dias, a contar daquelle em que tiver conhecimento do facto.

[...]

Art. 13 - **Nenhuma empresa, instituía, ou serviço criado ou mantido pela União, Estados ou Municipios, poderá ter funcionarios, empregados ou operarios filiados, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, agremiação ou junta de existenciaproibida nesta lei ou na de n.38, ou que tiverem commettido, ha menos de 40 annos, qualquer dos actosdefinidos como crime nas mesmas leis,** sob pena de demissão dos directores ou administradores responsaveis, ou, se estes forem funcionariospublicos, com as garantias do artigo 169 da Constituição Federal, de afastamento do cargo e de exoneração, nos termos do art. 1º da presente lei.(CONSTITUIÇÃO 1935, p.01 e 02 . Grifo do autor)

Como consta nos artigos transcritos, o segundo e o décimo terceiro artigos abordam a provável existência de partidos ou organizações que poderiam ir contra

as pretensões da União brasileira. Além disso, estes artigos previam a punição dos militares ou instituições ligadas à união que apoiassem tais atos inconstitucionais.

As objeções a *partidos clandestinos* não foram retratadas somente nestes artigos. Os dois últimos artigos proibiam que instituições de ensino ou crédito, empresas públicas ou particulares pudessem possuir colaboradores simpatizantes ou associados a quaisquer partidos ou organizações ilegais (BRASIL, 1935), reforçando que o Brasil tinha conhecimento e receio que tais organizações pudessem estar agindo na ilegalidade.

Entre outros artigos da mesma lei, os artigos nº. 7º, 8º e 14º fazem referências à censura da imprensa e de qualquer tipo de expressão que ousasse ir contra a União ou a conjuntura militar.

Art. 7º - Abusar, por meio de palavras, inscripções, gravuras na imprensa, da liberdade de crítica, para, manifestamente, injuriar os poderes públicos ou os agentes que o exercem: pena de 6 meses a 2 anos de prisão.

Art. 8º - Provocar ou incitar, por meio de palavras, gravuras ou inscripções de qualquer especie, o desprezo, o desrespeito ou o dia contra as forças armadas da União : Pena de 6 mezes a 2 anos de prisão cellular.

[...]

Art. 14º - Ficam as empresas de publicidade obrigadas a registrar nas Chefaturas de Policia do Distrito Federal, dos Estados ou do Territorio do Acre, conforme a séde delas, dentro de 30 dias, a contar do inicio da publicação ou da data em que entrar em vigor a presente lei, os nomes, nacionalidades e residencias de todos os directores, redactores, empregados e operarios, bem como a communicar á mesma autoridade, dentro em 8 dias, qualquer alteração do pessoal. A falta ou irregularidade do registro ou comunicação será punida com a interdicção da empresa, determinada pelo Chefe de Policia, observando-se o disposto no art. 25 da lei n. 38, com as modificações constantes da presente lei. (CONSTITUIÇÃO, 1935, p. 01 e 02)

A censura foi uma ação característica do governo de Vargas e da Ditadura Militar, 1964.

É importante rever a legislação brasileira para compreender as preocupações e precauções referentes a Segurança Nacional tomadas pelos poderes executivo e legislativo antes mesmo da criação da ESG. Sendo assim, a lei nº. 136 não se trata propriamente da ESG ou da Lei de Segurança Nacional, mas já é um ensaio prévio para as mesmas, pois existe a preocupação com partidos ou instituições que fossem contra os interesses da União, que pudessem oferecer perigo a nação ou para uma guerra civil. Vargas institui uma nova fase administrativa, o Estado Novo. Esta política:

O Estado Novo foi implantado em 10 de novembro de 1937, época em que também a nova Constituição foi outorgada, sendo elaborada por algumas pessoas ligadas a Vargas. O novo conjunto de leis fazia parte do discurso oficial do governo e, como não existe “*discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia*” (ORLANDI, 1992, p. 99), toda a oratória estava carregada de concepções ideológicas. (ORLANDI, 1992, p.99 apud PETRY, 2003, p. 41)

Neste contexto, é possível prever que o governo brasileiro tinha percepção das concepções ideológicas que estavam incrustadas no continente europeu no mesmo período, o avanço do Comunismo. Através disso, no período do Estado Novo, houveram mediações em relação a repressão dos ideais comunistas no Brasil, bem como o princípio da censura nos meios de comunicação. Vargas trouxe para si o compromisso com a pátria e a mesclou com sua imagem, além de que a Constituição de 1934 não permitiria sua reeleição, sendo assim,

[...] percebe-se que, no ideário do Presidente, o Golpe de Estado fazia parte de todo um processo histórico (contingencial ou contextual), não existindo outra solução para governar o país. Torna-se, assim, justificável uma atitude ditatorial, para conter a crise que o país atravessava, gerada, na concepção do governo, inclusive pela adoção de conceitos estrangeiros, como o comunismo e o anarquismo. Esses ideais, para a elite intelectual governante, manteriam a desordem e conseqüentemente impediriam o progresso. Uma das formas utilizadas por diversos povos, inclusive pelo Brasil daquele período, foi a acusação de complô, pois era a forma e possibilidade de livrar-se dos suspeitos e ou opositores (GIRARDET, 1987, p. 49 apud PETRY, 2003, p. 42)

Portanto, Vargas se garante no poder em um período histórico onde os movimentos ditatoriais estão em alta, fora a possibilidade de um conflito mundial. Neste contexto dissolveu a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as Câmaras Municipais. Interveio nos Estados com pessoas de sua confiança que determinavam seus prefeitos municipais, ajustando ainda mais a centralização de poder. Neste sentido, Vargas começou legislar através de Decretos-Leis. No governo de Vargas também percebe-se a aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos principalmente após a declaração de guerra do Brasil à Alemanha em 1942. (PETRY, 2003).

3.2A Constituição de 1946 e seus desdobramentos

Após o término da guerra, houve uma transformação no cenário mundial e isso transparece na legislação brasileira. A Constituição de 1946 foi publicada em 18 de setembro de 1946, no Rio de Janeiro. Nela era previsto na Seção das Forças Armadas, em seu artigo número 178¹², que a segurança, defesa e estudo do território brasileiro eram de competência do Conselho de Segurança Nacional. Nos artigos da Constituição eram distintas as figuras que participariam deste Conselho e suas funções. Também consta que o território brasileiro era importante e de competência do Presidente da República e do Conselho de Segurança Nacional – CSN, e que qualquer assunto que envolvia esses territórios deveria ser previamente aprovado por este Conselho.

Na mesma Constituição, este Conselho de Segurança Nacional era formado primeiramente pelo próprio Presidente da República, seguindo pelos Ministros de Estado e os Chefes de Estado-Maior. Se por motivos de força maior algum destes nomes fosse vetado, o próprio Presidente deveria definir outro nome. Esta formação do Conselho de Segurança Nacional estava prevista no artigo 179, parágrafo 1º, como percebe-se mudou pouco em relação a constituição anterior.

Em seguida, na mesma Constituição, foi descrito que uma lei própria deveria regularizar o Conselho de Segurança Nacional e sua organização. No decorrer da Constituição, mais precisamente no artigo 182, ordenou-se que nas áreas indispensáveis para segurança e defesa do país era necessária para qualquer intervenção, aprovação prévia do Conselho de Segurança Nacional para os seguintes atos:

Art. 180º - Nas zonas indispensáveis à defesa do País, não se permitirá, sem prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional:

I - qualquer ato referente a concessão de terras, a abertura de vias de comunicação e a instalação de meios de transmissão;

II - a construção de pontos e estradas internacionais;

III - o estabelecimento ou exploração de quaisquer indústrias que interessem à segurança do País.

§ 1º - A lei especificará as zonas indispensáveis à defesa nacional, regulará a sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

¹² Situada no Título VII, Das Forças Armadas

§ 2º - As autorizações de que tratam os nº s I, II e III poderão, em qualquer tempo, ser modificadas ou cassadas pelo Conselho de Segurança Nacional. (CONSTITUIÇÃO 1946, p.43)

Verifica-se a partir da Constituição, que para uma melhor visão e proteção de suas fronteiras e a própria segurança, seria necessário criar uma subdivisão dentro do Conselho de Segurança Nacional e das forças armadas para estudar e conseguir executar uma melhor logística neste assunto (CONSTITUIÇÃO 1946, art. 179, p. 42). Sendo assim, em 1949 quando nasce uma escola militar preparatória de alto nível nas questões de Segurança, já se previa a sua necessidade por via legal em 1946, num período em que se questionava as ações ditatoriais.

O Decreto-Lei nº 9.775, datado de 06 de setembro de 1946, regularizou a atuação do Conselho de Segurança Nacional, afirmada com a Constituição posterior. Neste fica estipulado que o Presidente deveria consultar seus Conselheiros em relação aos planos de guerra ou quais deveriam ser as hipóteses de guerras a encarar. Neste sentido pode-se verificar a importância legal teoricamente de tal Conselho para a segurança e proteção desta nação e de como eram resolvidos assuntos acerca deste tema. O artigo nº. 1 revela as finalidades do Conselho de Segurança Nacional:

Art. 1º O Conselho de Segurança Nacional, sob a presidência do Chefe da Nação, e constituído pelos Ministros, de Estado, pelo Chefe do Estado Maior Geral e pelos Chefes dos Estados Maiores do Exército, da Armada e da Aeronáutica, tem, por finalidade o estudo das questões relativas à segurança Nacional.

Parágrafo único. Além dos membros mencionados no artigo, poderão ser convocados os altos comandos militares e outras altas autoridades administrativas. (CONSTITUIÇÃO 1946, p. 01)

Neste sentido ficaram estipuladas no primeiro capítulo do decreto-lei denominado “Generalidades”, que deveria existir uma secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional vinculada diretamente ao Presidente da República. Também detalha quem iria dirigir e quais órgãos complementares previstos, como exposto a seguir:

Art. 4º O Conselho de Segurança Nacional terá uma Secretaria Geral subordinada diretamente ao Presidente da República e dirigida pelo Secretário Geral, que será o Chefe do Gabinete Militar da Presidência.

Art. 5º São órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional:

a) a Comissão de Estudos;

b) as Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis;

c) a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. (CONSTITUIÇÃO, 1946, p. 01)

Em todo o decorrer do Decreto-lei retoma-se diversas vezes o estudo sobre as questões da Segurança Nacional, como refere-se o artigo descrito a seguir,

Art. 16. Incumbe à Comissão de Estudos : estudar, discutir e propor decisões ao Presidente da República, relativamente aos assuntos administrativos de interesse nacional que forem submetidos ao seu exame pelo Chefe do Governo. (CONSTITUIÇÃO 1946, p. 03)

Portanto, pela legislação, a Escola Superior de Guerra seria uma instituição desenvolvida para a segurança nacional com o principal objetivo de promover estudos referentes à mesma.

Todavia, a Escola Superior de Guerra nasce, conforme a historiografia, efetivamente, através de uma delegação militar estadunidense que vem até o Brasil e que aqui permanece por 12 anos, com o intuito de regularizar e comandar a criação de tal instituição (MARTINS, 1986).

3.3 Legislação de criação da Escola Superior de Guerra

A instituição denominada Escola Superior de Guerra nasceu da lei nº. 785 de agosto de 1949, sancionada pelo então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, em 1949. Nela se previa que a ESG recebesse os mais digníssimos militares e civis para compor seu quadro administrativo, conselheiro e estudantil. Essa lei em si é breve e objetiva, pois tem 11 artigos e apenas um parágrafo único. O documento recomendava como deveria ser a construção desta instituição de pesquisa, treinamento e estudos, sendo que previa um crédito orçamentário para a sua consolidação.

A criação de uma escola preparatória para militares no Brasil neste período era de extrema importância, pois, devido ao cenário mundial, vivia-se no período da Guerra Fria e, talvez, para “terceira guerra mundial”. O apoio do governo estadunidense exigia que em todo o continente americano e também na Europa, houvesse a contenção do avanço do comunismo. Esta lei previa que o principal

objetivo da ESG deveria ser estudar formas de segurança no Brasil, assim como o próprio Conselho de Segurança Nacional também visava.

Essa lei cria a Escola Superior de Guerra de forma direta e objetiva, como pode-se perceber a seguir:

Art 1º - É criada a Escola Superior de Guerra, instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional. (LEI 785 de 1949, p 01)

Isto é, este decreto-lei, nº 9.775 de 06 de setembro de 1946, sobre o Conselho de Segurança Nacional, já havia antecipado a necessidade de uma instituição que estudasse o que era necessário para a segurança do Brasil. Neste sentido, a ESG vem para suprir uma lacuna em formar e preparar militares para serem os principais comandantes das Forças Armadas e figuras públicas distintas.

Este decreto, já explicita quem poderia ser integrante da ESG:

Art 5º Terão ingresso na escola oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às Forças Armadas, e civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional. (LEI 785 de 1949, p. 01)

A ESG teria uma organização acadêmica de nível superior e receberia em sua Instituição pessoas aptas por sua carreira militar ou por sua vida pública. Os militares que estivessem deslocados para esta instituição ou que estivessem estudando na mesma, não teriam acréscimos em sua patente e estariam em caráter de comissão especial (LEI 785 de 1949, art. 8).

Percebe-se que desde 1934 houve uma preocupação com a Segurança Nacional, período da criação do Conselho de Segurança Nacional e, após, uma Lei de Segurança Nacional. Em 1935, já é possível verificar que não era permitida a intervenção ou aceitação de partidos ou coligações políticas não legítimas e legais, nos termos da lei, que viessem a ser contra os interesses da União.

4. HISTÓRIA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Este capítulo tem por objetivo traçar a história inicial da Escola Superior de Guerra através de uma análise política e institucional dentro do recorte espaço-temporal de 1948 até 1964. Então será abordado este assunto em dois contextos diversos, primeiro o surgimento da Escola Superior de Guerra e o segundo a consolidação.

4.1 O contexto do surgimento da Escola Superior de Guerra

O Primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), como já abordado nos capítulos anteriores, promoveu no Brasil um importantíssimo processo de modernização e estruturação da administração, uma extensa profissionalização da máquina pública e a retirada do poder concentrado na política do café-com-leite. Vargas propôs uma política organizada e com um caráter mais burocrático, inovando na área trabalhista e estatal, ficando conhecido também como “pai dos pobres”. Estas inovações ocorreram, no governo de Vargas, em várias áreas e a criação de Ministérios fez com que se dividissem os objetivos e ações do governo. Neste sentido, as Forças Armadas também foram afetadas por essa maré tecnológica e inovadora.

Então, este processo de modernização operado no Brasil privilegiando primeiramente os militares como atores fundamentais se dará através do aperfeiçoamento do recrutamento militar, da socialização dos corpos militares e da própria organização das Forças Armadas de uma maneira geral desembocando na construção do poder militar. (SANTOS, 2004, p. 36 - 37)

Na Segunda Guerra Mundial, o Brasil atuou ativamente após o rompimento das relações com os países do Eixo, sendo que os soldados ou pracinhas atuaram na Itália através da Força Expedicionária Brasileira sob comando dos Estados Unidos no ano de 1944. Os avanços neste sentido, possibilitaram o conhecimento destes pracinhas nas táticas de guerra, avanços tecnológicos militares e uma aproximação notável aos Estados Unidos. Além disso, o território brasileiro também

tinha se tornado ponto estratégico para a Segunda Guerra, como Natal, no Rio Grande do Norte e a ilha de Fernando de Noronha. No governo de Getúlio Vargas houve ações que demonstram precauções referentes à segurança brasileira, como já abordado anteriormente na revisão da legislação. Essa renovação também fez com que se aproximassem pessoas especializadas ao governo de Getúlio, que se preocupava para que os cargos públicos fossem ocupados por profissionais da área. Sendo assim, no início da Era Getulista, Eurico Gaspar Dutra, que era militar e na década de 1920 esteve envolvido em reprimir levantes tenentistas, na Revolução de 1930 foi convidado a fazer parte, mas preferiu ficar ao lado dos legalistas. Aproximou-se do governo Vargas a partir de 1932, quando teve importante participação no combate ao movimento constitucionalista desencadeado contra o governo federal, em São Paulo. Em dezembro de 1936, foi nomeado ministro da Guerra (FGV, 2001). No Estado Novo obteve maior sobressalto, como ressaltado em sua biografia, Fundação Getúlio Vargas:

Durante o Estado Novo, Dutra impôs a coesão na conduta política dos militares através do expurgo sistemático dos elementos dissidentes, ao mesmo tempo que promovia a modernização e a ampliação do poderio das Forças Armadas, consolidando o papel decisivo exercido pela instituição no jogo político do país. (EURICO, 2001, on-line)

Este Ministro foi uma figura muito ativa no período da Segunda Guerra Mundial para o Brasil, tendo em princípio seu posicionamento a favor do Eixo e após com o desenrolar da guerra, tornou-se adepto ao estreitamento de laços com os Estados Unidos.

Em que pese tais posicionamentos, porém, coube a Dutra comandar o processo efetivo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos no que dizia respeito às questões militares, tendo sido o responsável pela organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada para combater na Itália. (EURICO, 2001, on-line)

O governo de Getúlio Vargas então teve em 1945 seu desfecho final. Neste contexto, Dutra teve seu nome lançado à candidatura a presidência do Brasil e foi eleito. No ano de 1946 assumiu o poder e, já alinhado o bastante com os Estados Unidos, iniciou uma ferrenha conspiração e perseguição aos partidos e políticos

comunistas. Portanto, a eleição de Dutra e o início da Guerra Fria surgem simultaneamente.

Empossado em janeiro de 1946, Dutra aproximou-se dos setores conservadores, incluindo aqueles representados pela UDN, através do chamado Acordo Interpartidário, o que acarretou a marginalização de Vargas e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que acabaram por romper com o presidente. Os comunistas, que haviam obtido resultados eleitorais expressivos nas eleições de 1945 e 1947, foram vítimas de uma feroz perseguição por parte do governo, que assim se integrava no contexto internacional da Guerra Fria, e tiveram sua atuação política legal novamente proibida. O governo Dutra foi marcado, ainda, por uma política econômica conduzida a partir de postulados liberais, pelo rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e por uma severa política de arrocho salarial. (EURICO, 2001, on-line)

Então, o governo Dutra, no contexto da guerra Fria, foi decisivo para o Brasil, retornou o processo de cassação do partido comunista, uma vez já iniciada no primeiro mandato de Getúlio Vargas. É importante ressaltar que neste período ocorreu o desentendimento entre os Estados Unidos e a União Soviética referente ao destino da Europa que estava arrasada devido a Segunda Guerra Mundial. O Brasil tornou-se aliado do bloco capitalista dirigido pelos Estados Unidos, repudiando medidas comunistas.

No governo de Dutra, que iniciaram-se os primeiros estudos para construção da ESG no Brasil. Dutra foi ferrenho no que diz respeito à Guerra Fria e seu contato com os Estados Unidos, visando um melhor aproveitamento para as relações políticas, econômicas e militares brasileiras. Isto ocorreu, primeiramente, no retorno da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, que lutou nos campos da Itália na Segunda Guerra Mundial e que fez um estágio nos Estados Unidos (MARTINS, 1986). Sendo assim, com o retorno da FEB ao Brasil, iniciou um intenso contato com os Estados Unidos, mirando assim a proteção continental.

Daí traz a influência e decisão: Formar uma escola nos moldes do NWC. É assim que no governo Dutra (1946 – 1951) é enviada uma missão militar para estudar a experiência do NWC. [...] Mas é dos Estados Unidos que vem uma missão militar para orientar a fundação da Escola Superior de Guerra, o que se dá em 1949. E a missão aqui permanece por 12 anos: de 1948 até 1960. (MARTINS, 1986, p. 12)

A lei nº 785 de agosto de 1949, trabalhada no capítulo anterior, permitiu a criação da Escola Superior de Guerra, consta como seria o funcionamento da Instituição. Importante lembrar que em menos de quatro meses foi iniciada a

elaboração do anteprojeto de regulamentação da Escola Superior de Guerra. Conforme José Antônio Miranda Sepúlveda¹³, a disposição de pessoal para a elaboração deste anteprojeto, seguiu a seguintes características:

Em dezembro de 1949, o general-de-Divisão Oswaldo Cordeiro de Farias foi colocado à disposição do EMFA para elaborar o anteprojeto do regulamento da Escola Superior de Guerra, juntamente com o coronel-aviador Ismar P. Brasil, o tenente-coronel Affonso Henrique de Miranda Corrêa, o capitão-de-fragata Celso A. de Macedo Soares Guimarães e o tenente-coronel Idálio Sardenberg. Com o apoio da Missão Militar Americana que já se encontrava no Brasil, um documento foi elaborado pelo último oficial citado, com o título de *Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra*, que serviu de base para a redação do regulamento da ESG (Arruda, 1983). (SEPULVEDA, 2010, p. 124 – 125)

A regulamentação da ESG ocorreu no Rio de Janeiro, até então capital federal brasileira, no ano de 1949. Entretanto, sua caminhada de construção já havia se iniciado nos anos anteriores. Interessante analisar o site atual da Escola Superior de Guerra que referencia a historiografia, ao afirmar:

A Escola Superior de Guerra foi criada em 20 de agosto de 1949, sob a influência das experiências obtidas por um grupo de militares, capitaneados pelo Marechal César Obino, após o segundo conflito mundial e diante dos prenúncios de uma nova ordem, apontados pelo início da guerra fria. Esses militares acreditavam que o País poderia tornar-se uma grande potência, desde que houvesse vontade política e, sobretudo, gerasse um método de planejamento próprio. (ESG, on-line)

É importante ressaltar, que segundo Miranda (2010) essa Instituição foi de grande importância para as Forças Armadas Brasileiras, pois ela deveria abrigar tanto o Exército, quanto a Marinha e a Aeronáutica, e conforme explicitado a seguir, existiam divergências dentro destes diferentes segmentos das Forças Armadas Brasileiras:

A estrutura da ESG obedecia a uma lógica militar que privilegiava todas as Armas, isso era uma característica nova nas Forças Armadas, visto que, tradicionalmente, existia uma tensão histórica entre o Exército e a Marinha, e uma tensão natural com a recém-criada pasta da Aeronáutica (1941). Todavia, a proposta integradora das forças e a projeção sobre a sociedade forçavam uma nova postura, tanto que a instituição aceitava não militares contanto que fossem representantes da elite brasileira. Segundo o general Juarez Távora, o segundo comandante da história da ESG, só era possível

¹³ José Antônio Miranda Sepúlveda tem sua formação em História e Educação e sua tese de Doutorado denominada "O Papel da Escola Superior de Guerra na Projeção do Campo Militar sobre o Campo Educacional" revisou através da revista A Defesa Nacional, como a intervenção militar atuou no campo educacional. Neste sentido, ele utilizou o pensamento positivista da época de moral e cívica para analisar essas iterações tendo por base a teoria de Pierre Bourdieu.

aceitá-los “como representantes das elites brasileiras, aqueles que de fato e de direito são responsáveis pelo controle político brasileiro” (In: Arruda, 1983, p. XI). Portanto, a ESG inaugurou um novo momento das Forças Armadas, cuja postura explicita a sua intenção de intervir na sociedade brasileira. (SEPULVEDA, 2010, p. 125)

Neste sentido, é possível verificar que a Instituição se exibe de que sua existência era vinculada com o poder político. Isto é, militares e poder político deveriam guiar o país nesta nova fase histórica. Não seria diferente até o golpe militar, sendo que persistia o sentimento de proteger e resguardar a segurança nacional brasileira.

4.2 A consolidação da Escola Superior de Guerra

A Aula Inaugural foi no dia 15 de março de 1950, com a presença do então presidente Eurico Gaspar Dutra, que também era militar. Esta aula foi apresentada pelo General César Obino e executada no auditório da Antiga Escola Técnica do Exército. O General Osvaldo Cordeiro de Farias foi o primeiro Comandante da ESG e ficou no posto de 1º de setembro de 1949 até 11 de dezembro de 1952. O método educacional da ESG e a Lei de Diretrizes Nacionais foram elaboradas no mesmo período histórico. Sepúlveda (2010) apresentou essas duas conjunturas educacionais e as suas relações. Interessante observar os termos utilizados nestes dois contextos.

Não é de estranhar que o contexto da criação da ESG é o mesmo da elaboração da primeira LDB. Assim, as palavras “desenvolvimento”, “educação” e “segurança” passaram a ser de extrema importância para a sociedade brasileira. Aliada a isso tudo, a sociedade do período estava impregnada de um otimismo que estimulou o sentimento nacional. Isso criou uma nova cara para a realidade brasileira: a nacional-desenvolvimentista, que deu suporte ideológico à Escola Superior de Guerra.

[...]

A instituição não possuía nem alunos, nem professores fixos; era preciso que houvesse um grupo para coordenar os trabalhos da Escola, elaborando os textos curriculares, proferindo palestras, acompanhando os estudos e encargos que competem aos que freqüentam seus diversos cursos. Essas funções são exercidas por militares e civis (professores, juristas, diplomatas, economistas, etc), os quais, ao lado do Comando, formam o Corpo Permanente da Escola, todos nomeados pelo Presidente da República (Arruda, 1983). Os que, em outras escolas, se denominavam alunos, constituíam, na ESG, o Corpo de Estagiários. Em sua composição havia

também militares e civis, selecionados pela EMFA, com a cooperação do Comando da Escola. (SEPULVEDA, 2010, p. 126)

Na questão ainda referente à organização da ESG, Santos (2010, p. 96), aborda que esta era integrada por um corpo permanente formado por militares e civis, e também um corpo de estagiários, que seriam figuras importantes e que frequentavam os cursos, tais como deputados, empresários, funcionários públicos e oficiais militares. Além disso, também existia a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, que seriam ex-alunos da ESG. Santos (2010, p. 97) também reafirma que a ESG era voltada para militares e civis que tinham função de destaque na vida nacional, com formação universitária. Isto é, a ESG teve em seu primeiro momento de criação a intenção de atender e preparar acadêmicos militares no curso superior, porém, em um segundo momento foi criado o Curso Superior de Guerra, que possibilitaria o ingresso de civis. Em outras palavras,

A Escola foi idealizada, em princípio, para ministrar o Curso de Alto Comando apenas para militares, entretanto, terminou sendo organizada para receber, também, civis, sendo criado o Curso Superior de Guerra (CSG). O curso destinado, exclusivamente, para militares, Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCF), começou a funcionar em 1954. (SEPULVEDA, 2010, p. 125)

Santos (2010), reafirma esta ideia e acrescenta que a ESG deveria ser um espaço para militares e civis discutirem sobre a segurança do território brasileiro através dos cursos oferecidos pela Instituição. Santos (2010) explicou que:

A dimensão enfocada é aquela pela qual a ideologia responde às crises do sistema político/econômico, ou seja, a ideologia que responde aos problemas do sistema com idéias e projetos para o País¹⁴. (SANTOS, 2007, p. 157)

A ESG se concentrou em buscar soluções políticas-militares para assegurar a segurança e a disciplina ao Brasil. Percebe-se então que a Doutrina de Segurança

¹⁴ Santos fez uma análise bibliográfica referente ao estudo e compreensão da ESG e a intervenção militar na política nacional, sendo que, em primeiro lugar, a intervenção dos militares na política se dá como resposta à resolução dos problemas nacionais.. Em segundo lugar, a ênfase é colocada no projeto político nacional, uma Doutrina que está a serviço dos interesses nacionais. Este autor dialogou com diversos outros teóricos sobre o assunto, entre eles Assim, os trabalhos de Stepan que tem uma visão direcionada para a modernização, Miyamoto que abordou mais ageopolítica e Aderaldo, todos desembocam na “concepção neutra” de ideologia. (SANTOS, 2007, p. 157).

Nacional nasce através do sentimento dos militares de serem os guardiões do bem estar do povo brasileiro.

Santos (2010) também analisa a forma de como a ESG se colocou perante a questão capitalista ao lado dos Estados Unidos, a contenção comunista através da Guerra Fria e sua oscilação ao poder burguês do país, que também fazia pressão aos governos brasileiros. Neste sentido, Martins (1986, p. 12) refere-se que a ESG já nasce com propósitos distintos: Estabelecer uma doutrina de Segurança Nacional para o país e que isso já não era somente uma questão militar, mas sim de todo o potencial da nação.

Sendo assim, os Estados Unidos da América influenciaram o Brasil, no que se refere à Doutrina de Segurança Nacional, através da geopolítica e de pensamentos regradados pelo meio de um projeto de incentivo ao capitalismo. Martins (1986, p. 18) explica essa questão de Estado e Nação, em que estes se completam ao ponto de quase se confundirem. Na concepção dos esguianos (os egressos da Escola Superior de Guerra) a Nação se representa pelo Estado e o Estado é a sua representação política organizada. Para melhor compreensão a Nação tem um objetivo e cabe ao Estado atingi-lo, como lembra Martins,

O Brasil também tem a “sua” geopolítica. O objetivo maior dela é fazer do país uma grande potência. Se não uma potência hegemônica a nível mundial, pelo menos uma potência regional que estabeleça sua hegemonia sobre a América do Sul. (MARTINS, 1986, p.20)

O estudo de Everton Rodrigo dos Santos foi importantíssimo para teorizar a criação da Escola Superior de Guerra neste trabalho. Sua tese¹⁵ de doutorado teve um importante papel no que diz respeito ao estudo teórico da instituição. Interessante informar que Santos (2010, p. 91) ao analisar a ESG caracterizou-a em três fases distintas: a primeira seria a da Criação (1948 – 1964); a segunda seria a Inserção (1964 – 1974); e a terceira a Institucionalização (1974 – 1989). Este estudo se ateve a Primeira Fase, que é exatamente o espaço-temporal deste trabalho.

A ESG em sua fase de Criação voltou-se, segundo Santos (2010, p. 92), ao estudo e compreensão da conjuntura e das primeiras formulações doutrinárias. Isto refere-se aos seus primeiros contatos com a Doutrina de Segurança Nacional, devido principalmente à Guerra Fria. Este autor também informa que no período da

¹⁵ Ver o livro: Poder e Dominação no Brasil: A Escola Superior de Guerra (1974 – 1989), de 2010.

Segunda Guerra Mundial houve um curso do Colégio de Guerra estadunidense aqui no Brasil,

Num projeto ainda muito embrionário, em 1942, foi criado um curso de alto comando, que destinava apenas a militares do exército. Posteriormente, em 1948, esse curso se estendeu às três forças armadas, já sob a denominação de Escola Superior de Guerra e, finalmente em 20 de agosto de 1949 foi criada a “segunda ESG agora sob o impacto da visita do General César Obino aos EUA, que conheceu Escola semelhante. Trata-se do Colégio Nacional de Guerra (National War College), fundado em Washington no ano de 1946. A meta era estudar e aperfeiçoar a estratégia global dos Estados Unidos. Junto desse colégio, existe o que se poderia chamar de colégio de aplicação, o Industrial College of Armed Forces, para divulgar a teoria de modo mais extenso. (SANTOS, 2010, p. 94)

Neste sentido, antes mesmo da criação da ESG, já existiam projetos parecidos entre os dois países. A criação da Escola Superior de Guerra foi uma consequência da cooperação já iniciada antes, no período da Segunda Guerra Mundial, em que houve o processo de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, através do interesse da proteção continental. Esses dois colégios estadunidenses tinham a intenção de apresentar aos civis a vida militar e aos militares a vida civil. Este auxílio oferecido pela NWC fez com que a ESG importasse dos Estados Unidos da América a Doutrina de Segurança Nacional.

Sendo assim, reforça-se que o processo de formação da ESG possibilitou um encontro entre civis e militares, as pessoas recebidas na Instituição eram dos altos postos de direção do Estado brasileiro. Portanto, ela era formadora de pessoas capacitadas para assumirem a coordenação do país e além disso, pensarem e solucionar os problemas nacionais.

A ESG teve condições de alterar a ideia de que militares eram espectadores do poder e passaram a ser dirigentes. Essa escola foi receptiva e fomentadora da Doutrina de Segurança Nacional e auxiliou na criação do “inimigo interno”, instalando o medo do comunismo dentro do país. Então, a ESG foi uma Instituição importantíssima para a fundamentação do Golpe Militar de 1964 através da Doutrina de Segurança Nacional, cuja teoria dizia que, segundo Martins (1986), a política era uma continuação da guerra e que o mundo estava dividido em uma bipolaridade, sendo que a contenção do comunismo era de extrema importância no contexto da

Guerra Fria. Neste sentido, essa política herdada da influência estadunidense¹⁶, criava um inimigo interno e que “o subversivo é o inimigo. Contra ele, toda tortura é justificada” (MARTINS, 1986, p.33).

Concluindo, a ESG tinha interesses próprio que justificavam a intervenção militar ao poder. Estudos como o de Martins (1986), e mais recente, como de Santos (2010) explicam essa espécie de “destino militar” de proteção e intervenção política com o intuito de proteger a nação. O mesmo discurso encontra-se no documento do Senado, que está on-line, como a seguir:

Dos **centros de excelência em inteligência de defesa do país**, a Escola Superior de Guerra (ESG) é, de longe, a que tem a trajetória mais polêmica. Fundada em 1949, ainda sob o forte impacto do final da 2ª Guerra Mundial e a emergência do conflito entre capitalismo e comunismo, a ESG teve suas primeiras décadas de existência marcadas pelo estigma de ser um centro formador do pensamento conservador e de direita no país. Seu nome ficou associado à criação da doutrina de segurança nacional, usada como justificativa pelo regime militar de 1964 para a repressão aos movimentos de esquerda. (ESCOLA, 2012, p.80)

¹⁶ A Doutrina de Segurança Nacional foi criada nos Estados Unidos da América no período da Guerra Fria e fornecia a estrutura necessária à instalação e manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social (BORGES, p. 24 – 2003)

5. CONTEXTO INTERNACIONAL

De forma conceitual, fala-se da importância da atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e que isto proporcionou às Forças Armadas um estreitamento de laços com os Estados Unidos. Destaca-se que no decorrer do período pós Segunda Guerra Mundial instalou-se no mundo uma polaridade entre a URSS e os EUA, sendo que os dois tentavam atrair seguidores, o Brasil se integra ao bloco capitalista. É neste contexto que se desenrolam as possíveis relações entre os dois países americanos. Todavia, ao aprofundar o estudo sobre esta temática tem-se outras informações.

Esse capítulo tem por objetivo esclarecer quais foram às relações militares e políticas que ocorreram entre o Brasil e os Estados Unidos no período que antecede a Segunda Guerra Mundial até o Golpe Militar no Brasil. Neste sentido, é possível estabelecer se houve ou não intervencionismo por parte estadunidense nos assuntos político-militares no Brasil.

5.1 Relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos da América anteriores a criação da Escola Superior de Guerra

O período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, como já abordado, foi de comunicação entre o Brasil e os Estados Unidos, sendo que para o país do Sul, a intenção era de se armar e, em longo prazo, obter capacidade industrial de manter seu próprio mercado bélico, desta intenção não há discordância. Eduardo Munhoz Svartmann (2008), lembra,

Na história das relações entre Brasil e Estados Unidos, o período que envolveu os antecedentes e a participação desses países na II Guerra Mundial é uma das temáticas mais investigadas, tanto pela historiografia brasileira quanto pela norte-americana. De forma geral, se enfatizam as negociações e a barganha brasileira em torno do alinhamento com os Estados Unidos, através da qual o Brasil obteve os créditos e equipamentos para a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional e do amplo reequipamento de suas Forças Armadas. Do ponto de vista militar, grande ênfase é conferida à Força Expedicionária Brasileira e ao subsequente alinhamento doutrinário e político aos EUA, que na década seguinte marcou as posições da cúpula militar brasileira. (SVARTMAN, 2008, p. 76 e 77)

Neste sentido, cabe lembrar que o aparelhamento das Forças Armadas Brasileiras já se fazia necessário em 1930, quando a Argentina iniciou um processo de coesão militar, industrialização e produção bélica. Portanto, era necessário para o Brasil também realizar este processo, em nível maior, para não se submeter ao poder argentino, seu vizinho e possível inimigo (SVARTMAN, 2008). Getúlio Vargas possibilitou grandes avanços no Brasil e colocava a industrialização ao lado da segurança nacional, sendo um projeto a longo prazo.

O Brasil de Vargas pretendia ser aliado de uma potência que pudesse investir em sua indústria siderúrgica e de combustível. Houve trocas comerciais e aproximações com a Alemanha e com a Itália, inclusive na compra de armamentos. Com o início do conflito e o bloqueio naval inglês, já em 1939, as negociações com a Alemanha tiveram que cessar (PETRY-RAHMEIER, 2009). Os Estados Unidos, até 1941, não estavam diretamente envolvidos na guerra e pela legislação não poderiam fornecer ao Brasil esses armamentos. Todavia, após seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial alterou sua legislação, induzindo o processo de troca com o Brasil, porque, o primeiro dispunha de armamentos militares e o segundo de produtos de primeira necessidade. Este contexto de trocas com os EUA, para o Brasil, conforme Svartman,

(...) podem ser sistematizados, assim, em 1º) obtenção de armamento moderno que a curto prazo garantisse a supremacia militar face à Argentina e municiasse o fortalecimento institucional que internamente se processava; 2º) obtenção de facilidades para o desenvolvimento de uma indústria nacional capaz de, a longo prazo, dar suporte às forças armadas. Esta pauta, formulada nos anos 1930, se prolongou na década seguinte mesmo após o final da II Guerra Mundial e a emergência da Guerra Fria. O cumprimento ou não desses objetivos era o que definia a conveniência ou não da cooperação militar com os EUA. (SVARTMAN, 2008, p. 82)

Os Estados Unidos lançaram o Pan-americanismo, o que consistia em ajuda mútua e consultorias entre os países da América, oferecendo apoio e prioridade nas trocas comerciais. No decorrer do avanço da Segunda Guerra Mundial, houve progressos por parte do Eixo na África, fato que preocupou os Estados Unidos e que colocou o Brasil em posição privilegiada, devido ao seu território costeiro e que deveria ser resguardado. Tendo estes objetivos bem traçados, a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos deu-se pelo motivo do último ser uma potência industrial e pela posição estratégica do primeiro.

Góes Monteiro foi peça chave para o projeto de cooperação, como relata Svartman, sobre sua ida aos Estados Unidos da América,

(...) os militares de ambos os países colocaram abertamente os objetivos, interesses e as condições envolvidos na cooperação que se pretendia alinhar. Ao relatar sua estada em Washington a Vargas, Góes informa sobre as preocupações dos norte-americanos quanto à defesa do continente e a importância que então se conferia a Fernando de Noronha, e que, na possibilidade de uma cooperação com o Brasil, os Estados Unidos estariam “prontos a facilitar a aquisição do que necessitassem as suas Forças Armadas”. Góes sabia que nada havia ainda de concreto, contudo recomendava estreitar as relações com os EUA, e para lá enviar oficiais qualificados na condição de adidos militares. Quanto à possibilidade de se obter armamento moderno, o general brasileiro, que nunca depositara entusiasmo no liberalismo ou na democracia e que era constantemente criticado, dentro e fora do Brasil, por suas inclinações germanófilas, explicitava o seu pragmatismo: “não teremos jamais outra oportunidade como a que se nos depara agora e perde-la seria absolutamente ridículo e impatriótico”. Na mesma correspondência, Góes alerta Vargas de que, caso os Estados Unidos não obtenham do Brasil a cooperação esperada, eles iriam procurar a Argentina. (SVARTMAN, 2008, p. 83)

Neste sentido, logo após a eclosão da Segunda Guerra Mundial da Europa, o fornecimento de armamentos para o Brasil, principalmente da Alemanha, parecia impossível, preocupando Góes Monteiro, Getúlio Vargas e Dutra, além de outros envolvidos nesta missão de cooperação. Góes Monteiro, segundo Svartman (2008), foi mais uma vez para os EUA tratar deste assunto que não tinha se desenrolado ainda. Quando lá estava relatou as necessidades brasileiras, na questão armamentista, além de exaltar a importância da costa brasileira e principalmente de Fernando de Noronha. Em muitas reuniões, assim como na primeira, Góes Monteiro segue o mesmo discurso e renova seus dizeres nas questões armamentistas e a debilidade em que seu país se encontrava neste quesito, sendo que o Brasil não vai delegar sua função de defender-se a mais ninguém, como bem apresentado por Svartman,

Ainda que os representantes de ambos exércitos tivessem pontos específicos para discutir sobre a cooperação na defesa do nordeste do Brasil, a primeira reunião foi pouco mais que um longo monólogo no qual Góes retoma os passos dados nas negociações até ali, reafirma a debilidade militar do Brasil, descreve a geografia das diferentes regiões brasileiras e encerra afirmando que a ajuda brasileira dependia apenas do recebimento do material necessário e que esta seria “a base de qualquer cooperação, pois o Brasil não delegará a nenhuma outra potência a função de defender seu próprio território”. (SVARTMAN, 2008, p. 85)

A vinda de tropas de soldados norte-americanos para o Brasil, com a intenção de fazer a guarda e reconhecimento da costa nordestina não era bem vista por muitas pessoas, entre elas Góes Monteiro. Havia o medo de que esta estadia fosse transformada em justificativa para uma dominação, isto é, que houvesse perda de soberania do território utilizado, por causa da incapacidade bélica do país. Como apresenta Svartman:

Em setembro, após o retorno dos oficiais norte-americanos de sua viagem de reconhecimento do nordeste brasileiro, Dutra escreve a Vargas considerando “injustificável” e “inconcebível” a presença de tropas dos EUA no Brasil, o que, segundo o ministro, “anularia nossa soberania na região [convertendo-a] em mero território de ocupação estrangeira”. Em seu diário, Vargas anota: “os americanos querem nos arrastar à guerra na Europa sob pretexto de defesa da América”. As tensões não param de crescer, em 24 de outubro Vargas alude à intenção de Aranha se demitir do Itamaraty. (SVARTMAN, 2008, p. 87)

Não houve clareza nos acordos e com isto parece que não foram respeitados por parte dos Estados Unidos no que diz respeito ao envio de armamentos para o Brasil. As tensões só aumentaram neste período devido aos desencontros de ideais entre os exércitos dos dois países, liderados neste processo por Góes Monteiro e Lehman Miller. Neste sentido, só se acalmaram com a oficialização da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e com algumas mudanças ocorridas no caráter administrativo da operação, como descrito,

Somente com a entrada oficial dos Estados Unidos na guerra (conseqüência do ataque japonês à base de Pearl Harbor), com a remoção de Lehman Miller e com novas promessas de Roosevelt de enviar os armamentos solicitados pelo Brasil, é que as tensões foram parcialmente dissipadas. A nova e definitiva rodada de negociações se deu durante a III Reunião Consultiva de Chanceleres, realizada em janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, ao fim da qual o Brasil rompera relações diplomáticas com o Eixo. O difícil processo de tomada de decisão pela ruptura, no qual o ministro da guerra foi voto vencido, a declaração de guerra em agosto e as subseqüentes negociações em torno da FEB seguiram um padrão não tão conflituoso quanto o incidente aqui detalhado, mas pautado pelas mesmas orientações pragmáticas. (SVARTMAN, 2008, p. 89)

Por tudo isso, o Brasil defendia que tinha uma posição favorável e decisiva para a proteção da América como um todo e analisava que seu alinhamento aos Estados Unidos deveria ser objetivo ou *pragmático*¹⁷, através de barganhas para

¹⁷ O pragmatismo não isola o processo decisório da negociação, da persuasão ou do confronto pela definição das relações do Brasil com outros países, especialmente num contexto no qual o

aumentar seu poder armamentista e sua posição elevada no que diz respeito aos outros países latino-americanos, (SVARTMAN, 2008). Sendo que, após a Segunda Guerra as relações entre os dois tenham se distanciado, devido, principalmente, ao Brasil. Conforme Svartman,

Sonny Davis não fala em “perda”, mas igualmente pontua que as estreitas relações militares entre Brasil e Estados Unidos se deterioraram após a II Guerra Mundial. O autor, contudo, matiza a afirmação, apontando que, quando havia “convergência de metas”, as relações “refletiam a cooperação amistosa anterior” e, quando emergiam as divergências, o Brasil não seguia a liderança norte-americana. Isso teria levado o Brasil a “desenvolver confiança e habilidade para acabar com a prática tradicional de agir como subordinado de um poderoso protetor”. (SVARTMAN, 2008, p. 78)

Isto é, o Brasil não se sentia tutelado pelos EUA, e sim, havia um sentimento de cooperação nas questões de barganha armamentista. O Brasil tinha objetivos determinados e visava uma modernização do país em todos os aspectos para alcançar a produção bélica autossustentável. Para isso, manteve acordos com os EUA e quando não atendido, buscava alianças com outras potências. Esse movimento era necessário para alcançar tecnologias ainda não obtidas pelo país que estava em pleno desenvolvimento de sua máquina industrial e visava o apoio de países já bem colocados e que poderiam ser úteis neste objetivo. Segundo Svartman:

Do ponto de vista militar, não se tratava, nem de longe, de uma relação entre iguais, mas tampouco foi de subordinação plena. Essa associação assimétrica visava a objetivos claros e bem definidos – era um meio para a obtenção de determinados fins. (2008, p. 78)

Desta forma, pode-se responder uma das questões desta pesquisa para a década de 1940, essas relações não se fizeram entre países paralelamente iguais, porém, também não se pode colocar um sobre o outro. Foram forças e objetivos distintos que os colocaram em alinhamento, sendo que o Brasil procurava apoio na construção armamentista e que os colocasse em posição privilegiada em relação aos outros países latino-americanos. Por outro lado, os Estados Unidos acreditava na posição geográfica privilegiada do Brasil e que seu apoio militar era importante nas possíveis guerras, se tornando um aliado indispensável. Neste mesmo sentido,

protagonismo militar na formulação de políticas (interna e externa) era bastante relevante. (SVARTMAN, 2008)

não pode-se colocar um sobre tutela do outro, até porque os dois tinham objetivos pragmáticos bem traçados.

Ao final da Segunda Guerra, as negociações ficaram em torno da Guerra Fria, em que o Brasil já não tinha tanta expressividade para proteção do território americano, a não ser pelo interesse em Fernando de Noronha. Todavia, foi neste período que encontramos o germe fundamentalista da Escola Superior de Guerra, através da importação de sua doutrina militar e das trocas de experiência com os Estados Unidos através da NWC e da própria criação da ESG e da Doutrina de Segurança Nacional.

É bem sabido que no pós-II Guerra Mundial a política externa brasileira, como um todo, operou de forma alinhada com a dos Estados Unidos, tendo havido uma forte convergência entre o anticomunismo dos militares brasileiros – que, por sua vez, estava na raiz dos golpes de criação e de derrubada do Estado Novo – e o anticomunismo que então informava os programas de assistência militar dos EUA para a América Latina. Entretanto, havia um sério entrave à assimilação plena das doutrinas militares norte-americanas no meio brasileiro. (SVARTMAN, 2008, p. 90)

5.2 O período da Guerra Fria e as relações militares com os Estados Unidos da América

As ações após a Segunda Guerra Mundial empreendidas pelos Estados Unidos da América foram, principalmente, reorganizar o sistema capitalista e, como potência mundial e líderes do bloco capitalista, desenvolver na América Latina o anticomunismo que seria, em sua essência,

(...) um fenômeno que assume valores mais profundos que o de uma simples oposição à ideologia e aos objetivos comunistas. Durante a Guerra Fria, particularmente, no plano internacional, o anticomunismo é critério inspirador de uma política de alcance planetário, cujos objetivos são simultaneamente: a) a contenção da URSS e dos seus aliados; b) a interferência nos negócios internos de cada um dos países, a fim de prevenir c/ou reprimir os movimentos de inspiração comunista. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1986, p. 34-35).

Para disseminá-lo foi necessário construir uma rede de relações com os países latino-americanos e por consequência, com o Brasil. Sendo assim, Enrique Serra Padrós (2007, p. 14), descreve que existiu o fornecimento de equipamentos militares e munição, treinamentos para fins de segurança interna, acesso as escolas

militares estadunidenses e contato com a Doutrina de Segurança Nacional. A National War College teve seu período de criação um ano após o fim da Segunda Guerra, em 1946. Interessante é compreender que os Estados Unidos a criaram com o intuito de ser um instrumento voltado aos estudos militares e de disseminação de seu conhecimento adquirido após a Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, o Brasil inspirou-se nos moldes estadunidenses num curto espaço de tempo após a institucionalização norte-americana, isto é, a Escola Superior de Guerra brasileira, criada no Rio de Janeiro, ocorreu no ano de 1949, ficando explícito que era importante ter essa relação militar entre os dois países.

A criação da ESG deve-se às relações estabelecidas entre o Brasil e os Estados Unidos da América, devido à difusão dos conhecimentos bélicos e estratégicos que os norte-americanos dispunham. Para os militares brasileiros, segundo Padrós (2007, p. 22), era interessante este intercâmbio para a ascensão na carreira e melhorias salariais. Estes oficiais que participavam da ESG ou tinham a oportunidade de estudar em outros cursos oferecidos pelos EUA, como a Escola das Américas no Caribe, tinham tendência em ser escalados para assessoramentos e tarefas especiais, alcançando o crescimento pessoal. Este mecanismo, indiretamente, consolidava a influência da superpotência sobre a orientação da política de segurança interna dos governos locais (PADROS, 2007, p. 22).

Devido ao que ocorrera na Europa e através do desfecho da Guerra Fria, os Estados Unidos deram início à repressão contra a URSS e seus aliados, como é o caso de Cuba, e também a sua ideologia. Para desenvolver o anticomunismo no Brasil foi necessário tocar a alma do povo, do extrato elevado economicamente e do exército. Foi necessário vincular o comunismo com tudo o que era subversivo e que feria a honra e os bons costumes, entrando no campo do imaginário popular utilizando a Doutrina de Segurança Nacional.

A degradação moral era percebida pela DSN como uma arma utilizada pelos comunistas para implantar as suas ideias. Sendo que, o pensamento golpista foi fundado neste aspecto, o que também permitia inserir o anticomunismo no imaginário brasileiro. Neste sentido, percebe-se que havia um receio de que as ideias comunistas poderiam ser um risco para a moral sexual e estrutura familiar. Para combatê-las,

(...) seria necessário lançar mão, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, de gestões junto às instituições da sociedade civil como a família,

escolas e universidades, meios de comunicação de massa, sindicatos, Igreja, empresas privadas etc. (DUARTE, 2014, p. 79)

A Doutrina de Segurança Nacional, que foi recepcionada e teorizada pela Escola Superior de Guerra no Brasil (MARTINS, 1986) e teve função decisiva para a fundamentação e execução do Golpe Militar de 1964. Padrós (2007) em um caráter mais amplo, a nível latino, refere-se que:

A DNS, a partir dos anos 60 e início dos 70, reforçou a ideia de que a democracia, como valor universal, deveria ser protegida pela Segurança Nacional, a qualquer custo (inclusive subordinando-a à segurança hemisférica). Quer dizer, um dos pontos mais relevantes na evolução da DSN foi, precisamente, a orientação de agir contra a liberdade, a Constituição e os direitos dos cidadãos para defender, em última instância, a própria democracia. (PADROS, 2007, p. 17)

A Doutrina de Segurança Nacional deu ao exército brasileiro os subsídios necessários para manter a ordem e a segurança pública que estavam ameaçados por um governo, segundo as concepções conspiratórias, de tendências comunistas, liderado por João Goulart. Neste sentido, o exército teve, com a fundamentação da Doutrina de Segurança Nacional, argumentos para tomar o poder em prol do anticomunismo e dos interesses da Nação.

(...) a DNS abria uma “nova dimensão da política interna” ao convocar a participação da corporação militar, exigindo-lhe que extrapolasse a simples intervenção, semeadora e transitória, assumindo o protagonismo necessário para “refundar” o Estado. (PADROS, 2007, p. 27).

Não se pode focar somente na contribuição das Forças Armadas para a execução do Golpe Militar de 1964. Os Estados Unidos da América se valeram de outras maneiras de intervenção, entre elas, a utilização da polícia interna. Segundo Padrós (2007) foi criada a Academia Internacional de Polícia (IPA), na qual passaram mais de cinco mil homens de toda a América Latina. O seu cronograma de estudos subsidiava o fortalecimento do sentimento de autoritarismo, além de técnicas de tortura, que diverge da ideologia democrática defendida pelos EUA. Também foram utilizados os critérios de internacionalização e centralização, para aumentar a subordinação à orientação estadunidense. Neste sentido, conforme o mesmo historiador, permitiu-se ao governo norte-americano a penetração no sistema local, em que seus oficiais ocupavam cargos importantes, inclusive agentes da CIA e do FBI. Essa internacionalização exigiu uma rede de defesa interna centralizada nos

Estados Unidos, que por sua vez, garantia o controle e militarização da segurança, evitando assim a fragmentação de seus aliados. Ainda,

Através da rede de centros de instrução e de missões militares e policiais estabelecidas em diversos países da região, os EUA prepararam forças de segurança regionais para que assim desempenhassem tarefas de vigilância interna. Das atividades desencadeadas, fizeram parte manobras conjuntas, contatos permanentes, treinamento e capacitação profissional, intercâmbio de delegações nas Escolas Superiores Militares, divulgação e estudo da bibliografia produzida por especialistas em luta anti-subversiva, treinamento específico com armamento incorporado pelas forças locais e, principalmente, cursos de formação de quadros, que cumpriam função estratégica, pois seriam, posteriormente, encarregados de retransmitir os ensinamentos adquiridos aos militares e policiais dos respectivos países. (PADROS, 2007, p. 24).

Neste sentido, Ana Rita Fonteles Duarte (2014, p. 78) refere-se que as forças militares brasileiras tiveram poderes quase que ilimitados em relação à população e os aparelhos de segurança e informação, tendo como ação as formas violentas e repressivas. Com o sentido norteado pela DSN, e calcada na “democracia” em prol dos bons-costumes da família brasileira, o exército sentiu-se no direito de “refundar” o Estado, o protegendo do comunismo. A Escola Superior de Guerra que elaborou a Doutrina de Segurança Nacional brasileira a readaptando do modelo estadunidense, protagoniza a execução do golpe militar de 1964. Dirigindo-se com um propósito de garantir a democracia e os direitos da sociedade brasileira, apoiados por uma grande leva da sociedade que acreditava no “inimigo interno” e no que ele poderia causar na administração do país em relação a sua segurança e o sistema mudaria para defender a ordem do país. Em outras palavras,

(...) o regime ditatorial implantado em 1964, no Brasil, articulou, via movimento militar, a formulação de um sistema de valores de suposta “intenção democratizante” que deveria permear todas as ações postas em prática. A busca pelo reconhecimento de suas ações passava por uma disposição para proteger e desenvolver valores relacionados à família, à escola, à propriedade, entre outros. É nesse sentido que procuramos entender a estratégia de mobilização nacional também como uma mobilização de identidades de gênero, a fim de estruturar e legitimar o regime militar.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) sobre a qual se construíram as linhas de ação ditatoriais defendia que os antagonismos e pressões externas ou internas provocados pelo “inimigo” poderiam assumir diversas naturezas (política, econômica, psicossocial, militares) e formas (violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania) (ALVES, 1984 apud DUARTE, 2014, p. 79)

Neste sentido, a ditadura no Brasil é implantada para que fossem garantidos os direitos democráticos adquiridos após o Estado Novo. Entretanto, o que se sente é um governo autoritário e arbitrário em relação às leis já outorgadas. Em que o caracteriza a,

(...) ditadura brasileira como de guerra “interna”, “total” e “permanente”, uma vez que fatores possíveis eram colocados à disposição de defensores do regime, inclusive desrespeito a leis ou criação de legislação arbitrária, tortura, mortes, desaparecimentos, vigilância. (DUARTE, 2014, p. 77).

A Escola Superior de Guerra desempenha um papel fundamental dentro do Brasil com o auxílio estadunidense para ser um centro de estudos superiores em que receberiam pessoas notáveis dentro da dinâmica econômica e política do Brasil. É ela que vai sustentar e disseminar a Doutrina de Segurança Nacional, fundamentá-la para coagir o “inimigo interno” e fazer com que as figuras públicas formadas em seu plantel estudantil acreditem no perigo do comunismo, auxiliando na tomada do poder por militares.

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, no âmbito da Guerra Fria e ligada ao Ministério da Defesa, tornou-se durante a ditadura pós-1964, o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis. Seus criadores tiveram como objetivo, desde o início, o reforço de sua posição no aparelho de Estado, por meio da realização de estudos sigilosos e circunscritos a grupos pequenos, além de almejar a mobilização política das elites (OLIVEIRA, 1976 apud DUARTE, 2014, p. 80).

A Escola Superior de Guerra, que não foi única neste contexto continental, e seus esguianos foram peças fundamentais para a execução do Golpe Militar. Essa afirmação se baseia em três argumentos. Em primeiro lugar, estes fizeram intercâmbio com militares norte-americanos estadunidenses com objetivos distintos para ambos os países. Em segundo, os oficiais da ESG a Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, isto é, o forte sentimento anticomunista. Por último, foi essa rede de relações militares internacionais que possibilitou a instauração do Golpe Militar de 1964, e por sua vez, a centralização do poder, a acentuada preocupação com a segurança interna do país, institucionalizando a tortura. Assim configura-se no Brasil um governo autoritário, quando foi sancionado o AI-1.

CONCLUSÃO

Na primeira metade do século XX vivia-se em prol das grandes guerras e isto proporcionou avanços tecnológicos de importância extrema, tanto na área bélica como nas civis. A preocupação com a segurança nacional já é experimentada na Primeira Guerra Mundial, período em que não se respeitava as fronteiras, tratados ou acordos. Na Segunda Guerra Mundial, os conflitos tomam dimensões gigantescas através de um alto poder armamentista e extensão geográfica. Os Estados Unidos da América se integram neste conflito e sua nação volta-se para a produção de armamentos e treinamento de humano para uma maior preparação estratégica e de táticas de guerra.

Deve-se perceber que na década de 1940, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América não se fizeram entre países paralelamente iguais, porém, também não se pode colocar um sobre o outro. Isto é, foram forças e objetivos distintos que os colocaram em alinhamento, por um lado o Brasil procurava apoio na aquisição armamentista, fato que poderia coloca-lo em posição privilegiada em relação aos outros países latino-americanos. Por outro lado, os Estados Unidos acreditava na posição geográfica privilegiada do Brasil e da necessidade estratégica de seu apoio, devido sua localização costeira na guerra, ter se tornando um aliado indispensável. Mesmo que essas relações permitiram que ambos os países trocassem missões de reconhecimento em seus solos, para o Brasil surgiu um certo desconforto neste sentido, pois havia o receio de receber dentro de seu território um outro país com alto poder armamentista e que essa estadia fosse transformada em justificativa para um dominação, devido a incapacidade bélica brasileira. Todo este contexto, reafirma a ideia de que não se pode colocar um sobre tutela do outro, até porque os dois tinham objetivos pragmáticos bem traçados, como também não pode-se dizer que eles eram parceiros iguais. O período da Guerra Fria, conflito que teve início após a Segunda Guerra Mundial e que foi caracterizado, principalmente, pelas divergências ideológicas entre os EUA e a URSS, foi importantíssimo para relacionar o contexto mundial com o panorama brasileiro. Neste período, importante destacar que a National War College foi criada nos Estados Unidos um ano após o término da Segunda Guerra, em 1946, e em três anos o Brasil criou a sua Escola Superior de

Guerra. Fato que atesta a existência de relações muito próximas entre as duas, devido ao desfecho da Segunda Guerra Mundial. Estas instituições, inicialmente, tinham o intuito de disseminar os conhecimentos adquiridos no período da Segunda Guerra Mundial.

O contexto mundial da Guerra Fria teve seu principal reflexo no Brasil, somado ainda a outros fatores internos, através de influências diretas dos Estados Unidos, a execução do Golpe Militar em 1964. A perseguição ao comunismo foi ferrenha, assim como a censura e repressão aos opositores do regime. A Escola Superior de Guerra desempenhou papel fundamental para a execução deste golpe, através da Doutrina de Segurança Nacional, em que seu germe fundador fora importado dos Estados Unidos, para atingir o imaginário e finalmente montar o “inimigo interno”, mudando assim o cenário político brasileiro.

A ESG brasileira é constituída com auxílio militar estadunidense, que permitiu o contato com a Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida nos EUA e recebeu missões de reconhecimento em que sua escola norte-americana fora estudada. Sendo assim, é confirmada a hipótese de que, segundo o próprio site oficial da Instituição, a ESG brasileira foi construída nos moldes estadunidenses e é possível perceber que existiram relações estreitas entre os dois países.

A participação brasileira sob comando dos estadunidenses nos campos de batalha na Itália, proporcionou aos integrantes da FEB perceber o elevado nível administrativo-militar norte-americano, permitindo o contato e parceria no período pós-guerra. Entre os mais chamativos personagens que vivenciaram este momento, Dutra chama a atenção, pois no Estado Novo, como ministro, num primeiro momento posicionava-se a favor do Eixo, mas com o desenrolar da Segunda Guerra, tomou os Aliados como melhor opção. Já, na Guerra Fria, percebeu que, devido a inúmeros fatores referentes à proximidade com os Estados Unidos, era interessante compor o bloco capitalista, tanto que foi no seu governo que foi criada a ESG

Outro dado que não pode ser esquecido é que foi durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) que foram construídas as principais leis em prol da construção do pensamento referente às questões de segurança nacional no país. A fase de criação e consolidação (1948 – 1964) da ESG foi direcionada ao estudo inicial e avançado referente a conjuntura mundial.

É importante ainda frisar que o processo de formação da ESG permitiu o encontro entre civis e militares dentro do mesmo contexto de estudos e concepções ideológicas, formando pessoas para comandar o país. A ESG auxilia na mudança no entendimento de que os militares eram espectadores políticos e os integram a possibilidade de serem os dirigentes do poder. Foram as concepções, como a Doutrina de Segurança Nacional e a criação do “inimigo” interno, da ESG que permitiram a execução do Golpe Militar em 1964.

É possível perceber que, através do detalhamentos da Doutrina de Segurança Nacional, foi construído dentro do cenário político-militar brasileiro, uma espécie de “destino manifesto” que justificaria a intervenção da Escola Superior de Guerra no cenário político.

De fato, na seqüência histórica, a ruptura institucional de 1964 reservou à ESG um importante papel, pois a partir de suas formulações doutrinárias foi possível, a um grupo de militares e civis, não somente elaborar um projeto político para o país, que articulasse de forma coerente segurança com o desenvolvimento econômico, como também catapultar muitos dos seus quadros a estrutura estatal “pós-revolução”, o que ficou cristalizado na ascendência do General Castelo Branco à Presidência da República. (SANTOS, 2004, p. 34)

Para finalizar, a Doutrina de Segurança Nacional envolveu não somente questões militares, mas sim conseguiu afetar o imaginário brasileiro. É dentro deste contexto que pode-se destacar a relevância da Escola Superior de Guerra para o desfecho que ocorreu na década de 1960 no Brasil. Essa escola apresenta a Doutrina e a fomenta em nossa sociedade. Isto ocorreu, principalmente, devido ao apoio estadunidense, que dizia estar em prol da democracia, mas promovia o autoritarismo nos países latinos, que através de seus ensinamentos, propicia essa percepção negativa do comunismo e o aproxima a tudo que era subversivo.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Robert; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. Brasília :Editora Universidade de Brasília, 1983.

BORGES, Nilson. *A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E OS GOVERNOS MILITARES*. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos do Brasil. Lei de 18 de setembro de 1946.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 08 de ago. de 2014.

CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos do Brasil. Lei de 18 de julho de 1934.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 26 de ago. de 2014.

DECRETO-LEI nº 9.775, de 6 de setembro de 1946. Dispõe sobre atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9775-6-setembro-1946-417547-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 06 de ago. de 2014.

LEI nº 136, de 14 de dezembro de 1935. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0136.htm> Acesso em: 27 de ago. de 2014.

LEI nº 785, de 20 de agosto de 1949. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L785.htm> Acesso em 08 de ago. de 2014.

FILHO, HERMÓGENES SAVIANI. *A Era Vargas: Desenvolvimento, Economia e Sociedade*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 855-860, dez. 2013.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias>> Acesso 09 de set. de 2014.

GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. *Autoritarismo Constitucional: Adaptações e usos oligárquicos do estado de sítio na Primeira República brasileira*. Anais do Congresso AHILA, BERLIN. 2014, no prezo.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PANDOLFI, Dulce. *Entre dois governos: 1945-1950 > A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria*. On-line. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>> Acesso em 09 de set. de 2014.

PETRY, Andrea Helena. “*É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, Uno, coeso e forte, O BRASIL DO BRASILEIRO! ...*” - Campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. Dissertação (Mestrado em História), Unisinos, São Leopoldo, 2003.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2009

REMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. 12ª ed. São Paulo: Cultrix, 2005. P. 107 – 155.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SÊGA, Rafael. HISTÓRIA E POLÍTICA In: *Questões e debates*. Disponível em: <http://www.academia.edu/1453713/Historia_e_Politica?login=&email_was_taken=true&login=&email_was_taken=true&login=&email_was_taken=true> Acesso em 20 abr. 2014

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *A agenda de defesa do Brasil para a América do Sul*. Disponível em:

<<file:///C:/Documents%20and%20Settings/User/Desktop/59f9097d-75c0-48d5-87cb-a21667f9f604.pdf>> Acesso em 4 de nov. 2014, às 9:07.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40*. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 76-91, jun 2008.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *A agenda de defesa do Brasil para a América do Sul*. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/59f9097d-75c0-48d5-87cb-a21667f9f604.pdf>>. Acesso em: 5 de nov. 2014, às 16:22.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da guerra fria à crise (1945 – 1990): as relações internacionais contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1990. P. 13 – 34.